

Tribuna da Luta Operária

ANO VI — Nº 197 — DE 10 A 16 DE DEZEMBRO DE 1984

Cr\$ 500,00

Comício de São Paulo COMO O POVO ELEGE TANCREDO



Nossa reportagem acompanhou, na periferia proletária de Campo Limpo, zona sul, os preparativos do povo para o comício pró-Tancredo do dia 7 em São Paulo. Ali, como em todo o país, os trabalhadores não têm dúvida sobre como encarar a sucessão. Somam forças, organização e instrumentos para influir ao máximo nos rumos que o Brasil tomará em 85. Pág. 10

Classe operária boliviana alerta contra o golpe

Após conquista do aumento salarial, a greve geral foi suspensa. Mas os operários estão vigilantes contra ameaças de golpe. Pág. 2

Foto: César Diniz

EDITORIAL

O lugar dos militares

Discursando para os oficiais-gerais das Três Armas, reunidos num almoço no Clube da Aeronáutica, o general Figueiredo foi pródigo no fraseado democrático. Inclusive saudou "os novos tempos que estão chegando". Em nome de seus colegas de farda, o brigadeiro Délio Jardim elogiou o chefe do governo e afirmou que estamos no "fim de um ciclo".

Os ingênuos e, com muito mais entusiasmo, os exploradores da ingenuidade alheia, imediatamente aplaudiram. Dizem que o papel das Forças Armadas tem agora uma interpretação de acordo com as aspirações nacionais. Alguns ousam até concluir que os pronunciamentos do presidente e de seus ministros significaram uma revisão dos conceitos da doutrina militar adotada desde 1964.

Nada disto corresponde à realidade. O máximo que se pode afirmar é que, diante do fracasso completo dos planos impostos pelo golpe de 1º de abril, a repulsa generalizada do povo brasileiro e da inevitável vitória do candidato oposicionista na disputa sucessória, os generais empreendem uma manobra para recuar organizadamente. Sem abdicar entretanto de sua pretensão de permanecer como árbitros supremos a tutelar o governo e todas as instituições.

A mudança de presidente não significará o automático desmantelamento da vastíssima e intrincada rede montada em todos os setores da vida política, jurídica, econômica e social que assegura aos militares o controle da atividade nacional.

Quando Figueiredo fala que se deve atribuir à sociedade como um todo e não apenas às Forças Armadas a responsabilidade pela segurança nacional, o bem-estar social, a instituição política e o desenvolvimento econômico, não faz nenhuma reformulação. Simplesmente tenta eximir o regime militar da situação de dependência, de humilhação e de miséria

em que o país se viu conduzido por 20 anos de generais no poder.

No Brasil, em particular depois de 1964, as Forças Armadas têm representado o papel de expoente maior do reacionarismo e da opressão nacional. O militarismo tornou-se uma praga com consequências calamitosas para a nação. Os generais, a serviço do imperialismo, esmeraram-se em sufocar o ímpeto progressista do povo. Não vacilaram em perseguir, torturar e assassinar. Abriam as portas para uma situação de corrupção desbragada. Tentaram impor o continuismo na atual sucessão. Em desatino ainda jogaram esperanças em Paulo Maluf, comprometendo diretamente a máquina governamental em sua campanha. Agora, desmoralizados e sem outra alternativa — já que a saída golpista se tornou inviável — dizem saudar os novos tempos. Mas estudam novas formas de atuação para manter sua posição, seus privilégios, sua pretensa missão de "salvadores da pátria".

Os trabalhadores e todos os democratas devem estar alertas contra tal patranha. Ao fazer a campanha das diretas-já e, nas novas condições que se criaram, ao marchar com Tancredo Neves para a Presidência, os brasileiros têm como aspiração maior pôr fim ao regime militar, varrer cabalmente a herança de 20 anos de tutela das botas e dos fuzis, liquidar o militarismo enquanto prática e doutrina.

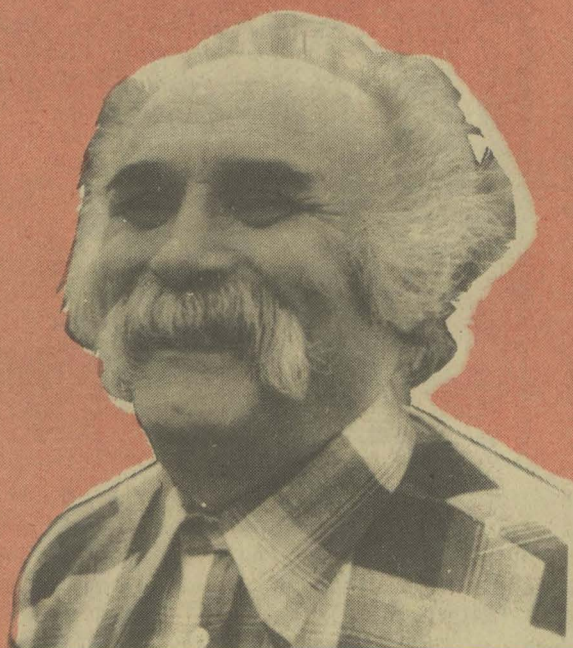
Na Assembléia Constituinte que se almeja, em condições de plena liberdade, uma das questões centrais vai ser exatamente esta. A democracia exige que as Forças Armadas cumpram estritamente o seu papel de defesa das fronteiras nacionais, subordinadas, sem exceção, aos poderes legitimamente constituídos. Vai ser uma tarefa árdua, mas essencial à liberdade, ao progresso e às novas transformações que o Brasil necessita.

Base do PT não concorda com direção

Pesquisas atestam que simpatizantes são contra boicote à candidatura Tancredo Neves. Página 3

Vida e morte de Arruda, revolucionário até o fim

Homenagem ao dirigente comunista Diógenes de Arruda Câmara, em São Paulo, pelo quinto aniversário de seu falecimento. Página 3



Aeroviários adquirem noção de sua força na campanha salarial

Direção sindical renovada e dinâmica deu impulso à luta de uma categoria estratégica. Pág. 7

Como fazer 712 novas sindicalizações numa fábrica e num dia

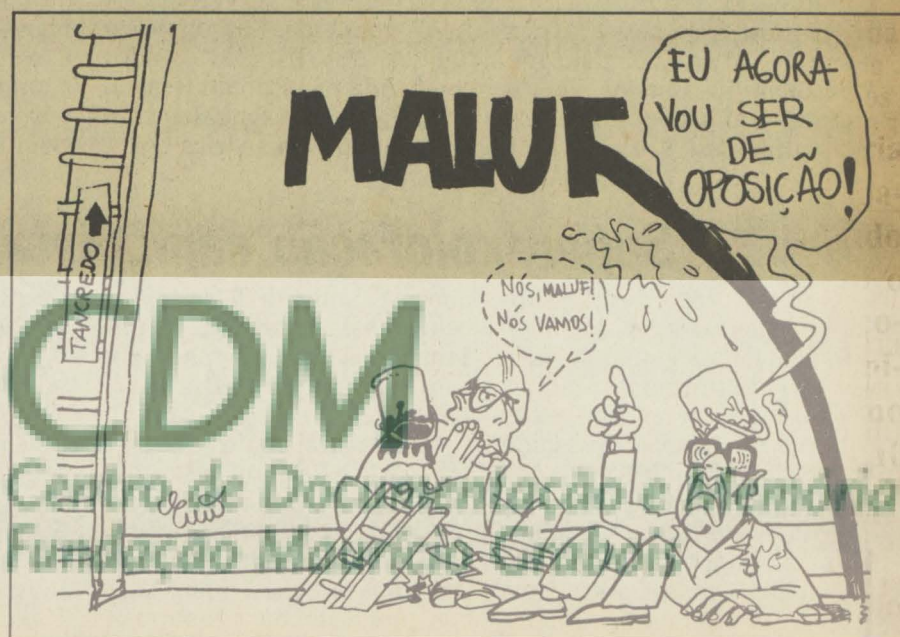
Sindicato dos Calçados de São José dos Campos (SP) dá exemplo valioso no front da sindicalização. Pág. 7

Pressão para o Senado aprovar lei das 40 horas

A redução da semana de trabalho de 48 para 40 horas passou na Câmara mas precisa da mobilização popular para ter chance no Senado, diz o deputado Aurélio Peres. Pág. 4

Essa estrutura sindical não pode continuar

A negra história e o conteúdo fascista da legislação que regula e acorrenta a vida dos sindicatos brasileiros. Quarenta anos de luta contra a estrutura sindical. Pág. 5



Operários bolivianos alertas para impedir golpe militar

A crise se aprofunda na Bolívia. O presidente Zuazo cedeu às exigências da Central Operária - COB -, dando um aumento salarial de 756% para pôr fim à greve geral iniciada dia 29. Os militares preparam um novo golpe de Estado. Trabalhadores e democratas montaram barricadas nas principais cidades do país, para defender o governo constitucional.

O presidente Hernan Siles Zuazo parece viver o terrível dilema de Hamlet, do "ser ou não ser". Não sabe se se acerca à reação militar e paisana, aos interesses imperialistas e mesmo aos magnatas da cocaína, ou se cede às exigências operárias e camponesas.

Desde que assumiu, em outubro de 1982, o presidente sofre as pressões populares no sentido de enfrentar os setores golpistas do Exército, democratizar a vida do país, e barrar a expropriação feita pelo capital estrangeiro. Zuazo assumiu à frente de uma coalização partidária, a Unidade Democrática e Popular, integrada pelo seu partido — Movimento Nacionalista Revolucionário de Esquerda —, Movimento de Esquerda Revolu-

cionária, Partido Demócrata Cristão e PCB revisionista.

Zuazo recebeu também pressões dos militares, para que não mexesse na instituição — que tem uma longuíssima tradição de golpes (mais de 200, nos 159 anos de governo "independente" no país); da burguesia, para não fazer concessões ao movimento operário; dos latifundiários, para não atender aos reclamos de reforma agrária; dos traficantes, para não perturbar o colossal negócio da cocaína (movimenta cerca de 500 milhões de dólares por ano); dos imperialistas, para cumprir os compromissos da dívida de 3,8 bilhões de dólares, à época da posse.

Os trabalhadores e democratas, contudo, estão conscientes de que o governo da UDP garante-lhes a liberdade para lutar em defesa de seus direitos. Afinal, antes de Zuazo assumir, viveram por 18 anos sob ditaduras militares ferozes, que perseguiram e assassinaram milhares de patriotas. Mas o governo da UDP, por ser um governo burguês, não tem ido ao fundo dos problemas que afligem o país.

A dívida externa pulou para 5 bilhões de dólares. A inflação, em 83, foi de 1.000%, e este ano deve superar os

1.250%. O desemprego e o subemprego atingem quase a metade dos 1 milhão e 866 mil bolivianos que compõem a população economicamente ativa do país. O índice de mortalidade infantil continua sendo o mais elevado do Continente — 20,2%.

Exigindo melhorias salariais e suspensão do pagamento da dívida externa, a classe operária e demais trabalhadores realizaram mais de 240 greves em 1983. Neste ano, foram quase 10 greves gerais — inclusive a de 47 dias, em abril-maio, que obrigou o governo a suspender o pagamento da dívida por dois anos.

AJUDA AOS GOLPISTAS

As forças reacionárias, por sua vez, investiram com força contra essa combativa movimentação popular. Em fevereiro, os burgueses fecharam suas fábricas protestando contra algumas medidas do governo que atenuavam um pouco a situação dos trabalhadores, fato inédito na história da Bolívia, que voltou a se repetir em setembro.

Os Estados Unidos, que haviam suspenso a "ajuda oficial" ao exército boliviano em 1980, após a posse de Zuazo voltaram a investir nas forças armadas reacionárias. Em setembro de 1983 EUA e Bolívia

firmaram um acordo de 5 milhões de dólares para formar uma unidade de 300 policiais (os "Leopardos") e 30 detetives a pretexto de combate à cocaína. Pois foram os "Leopardos" que raptaram o presidente Zuazo em junho. A tentativa de golpe fracassou, devido à imediata resistência dos trabalhadores e democratas. Mas somente alguns golpistas foram processados. Os "Leopardos" e os partidos envolvidos na conspiração abortada — o Movimento Nacionalista Revolucionário Histórico, a Ação Democrática Nacionalista, e a Falange "Socialista" Boliviana — continuam atuando aberta e impunemente no país.

Zuazo antecipou para 1985 as eleições que ocorreriam em 1986. A Central Operária, que lidera as incessantes greves gerais do país, denunciou que se trata de uma manobra inconstitucional, que só beneficia os setores mais reacionários do país. O Partido Demócrata Cristão e o partido revisionista abandonaram a coalizão governamental. Até o Movimento de Esquerda Revolucionária, do vice-presidente Paz Zamora, anunciou sua saída do governo, mas voltou atrás.

GREVES E BARRICADAS

Uma tão complexa situação leva a que a classe operária e demais trabalhadores lancem-se em greves gerais e ações de protesto, como as atuais, para exigir do governo ações patrióticas e democráticas. Mas ainda coloca para os operários e democratas a tarefa de armar barricadas nas cidades e bloquear estradas — como também agora ocorre — para proteger o governo das incessantes ameaças golpistas dos reacionários ligados ao narcotráfico e ao imperialismo.

E enquanto o país afunda no caos, Zuazo debate-se no dilema de ou dobrar-se à reação enfurecida, que o alveja, ou marchar junto com os trabalhadores e democratas, contra o mar de provações e em luta pôr-lhe fim, como no famoso monólogo de Shakespeare. (Carlos Pompe)



Foto César Diniz

Homenagem à Albânia

Lideranças sindicais, populares e políticas participaram do ato pelo 40º aniversário da revolução albanesa, dia 29, no Centro Cultural São Paulo. O senador Fernando Henrique Cardoso; o líder do PMDB na Câmara, deputado Freitas Nobre; os vereadores Goro Hama (São Paulo) e João Bosco (S. José dos Campos); os secretários municipais da Educação Guiomar de Mello, e dos Negó-

cios Jurídicos, José Afonso da Silva, de São Paulo, saudaram o evento. Fizeram uso da palavra José Duarte, pelo CCO; Rogério Lustosa, pela Comissão pela Legalidade do PC do B; Apolinário Rebelo, pela União da Juventude; Luiz Gonçalves, pela AABA, e o jornalista Luis Manfredini.

O Sexteto Vocal de São Paulo cantou músicas albanesas.

Defesa da ditadura do proletariado na Albânia Socialista

Devido à boa acolhida dada pelos leitores à série de artigos sobre a Albânia Socialista, de autoria de Luis Manfredini, publicados nas últimas edições da *Tribuna Operária*, continuaremos, a partir deste número, a divulgar uma seção sobre o pequeno país que se mantém firme na construção do socialismo científico. Embora sem compromisso de periodicidade rigorosa, sempre que tenhamos artigos ou informações interessantes ou recentes sobre a Albânia, publicaremos nesta seção. Para inaugurá-la, selecionamos trechos de um artigo do professor Zija Xholi, publicado no jornal central do Partido do Trabalho da Albânia, *Zeri i Popullit*.

Um dos fatores que representam a força e a invencibilidade da República Popular Socialista da Albânia é o fato de que ela é o Estado de Ditadura do Proletariado.

Na instauração e organização da ditadura do proletariado, o PTA levou em conta a experiência histórica da Comuna de Paris e da Revolução Socialista de Outubro e se inspirou e se guiou pelos ensinamentos de Marx, Engels, Lênin e Stálin. O PTA analisou e tirou ensinamentos também da experiência negativa, comprovada com a degenerescência revisionista da URSS e dos ex-países de Democracia Popular.

O PTA e o camarada Enver Hoxha defenderam e desenvolveram ainda mais o conceito marxista-leninista sobre a organização e o funcionamento da ditadura do proletariado, como um sistema inteiro, complexo, onde o Partido desempenha o papel dirigente. "Quanto mais avança e se aprofunda a revolução — afirma o camarada Enver Hoxha — mais se deve consolidar e aperfeiçoar o papel do Partido em cada esfera da vida e da atividade estatal e social."

A ditadura do proletariado, por sua própria existência e essência, como guia do Estado e de toda a sociedade pela classe operária, subentende também a participação direta das massas e sua responsabilidade por tudo o que ocorre no Estado e na sociedade. Este representa o principal conteúdo da nova democracia socialista, bem como a direção fundamental de seu desenvolvimento. O Partido do Trabalho descobriu e levou à prática uma série de formas, como o controle das massas a partir de baixo e em primeiro lugar o controle operário e camponês; a prestação de contas dos quadros perante as massas e o desenvolvimento de uma justa relação entre os quadros e as massas assegurando a participação efetiva dos trabalhadores no ato de governar o país.



A força da Ditadura do Proletariado, a invencibilidade do sistema socialista, a condição determinante para enfrentar com sucesso dois dos perigosos inimigos da ditadura do proletariado, o burocratismo e o liberalismo, residem na educação revolucionária das massas, na sua atuação para o ato de governar o país, na aplicação das orientações e ensinamentos do PTA para esta questão.

A construção socialista realiza-se através de uma renhida luta de classes. A poderosa arma que assegura o êxito nesta dura batalha foi e continua sendo a Ditadura do Proletariado.

A Ditadura do Proletariado é o instrumento fundamental nas mãos da classe operária, para a construção da nova vida socialista. Por isso, os autênticos marxistas-leninistas e revolucionários defendem a teoria e a prática da Ditadura do Proletariado, enquanto que os oportunistas e renegados do socialismo a deturpam e a negam. O Partido do Trabalho e o camarada Enver Hoxha golpearam e desmascararam de forma multilateral os diversos revisionistas contemporâneos, soviéticos, iugoslavos, chineses e euro-comunistas, entre outros, que deturpam e negam a teoria e a prática marxista-leninista sobre a Ditadura do Proletariado.

Além da União Soviética revisionista e dos ex-países socialistas, há no mundo outros países que se dizem socialistas, há governos que são dirigidos pelos chamados "socialistas", e, apesar disso, as massas trabalhadoras desses países não vêem nesse chamado socialismo a sociedade sem opressão e sem exploração. O motivo é que, para construir o socialismo, não são precisos rótulos. São necessárias, isto sim, a realização da revolução socialista, a colocação da classe operária à frente da sociedade, dirigida por um partido marxista-leninista revolucionário, a organização de um novo poder que seja a Ditadura do Proletariado, como demonstram os exemplos clássicos do marxismo-leninismo e como está comprovando a vida nesses 40 anos da República Popular Socialista da Albânia.



Mineiros nas ruas de La Paz — defendendo seus interesses e enfrentando os militares golpistas

Sul-africanos contra o Apartheid

Esteve recentemente no Brasil uma delegação do Congresso Nacional Africano (ANC), entidade que combate o regime racista do Apartheid na África do Sul. Victor Matlou, representante do ANC na Nigéria, e Patric Fitzgerald, do seu Departamento de Educação, pediram o total apoio para o povo combatente da África do Sul e o fim de todos os vínculos culturais, esportivos, comerciais, econômicos e diplomáticos com o governo racista.

O Congresso Nacional Africano foi fundado em 1912 e proscrito pelo governo do Apartheid em 1961. Desde então, tem atuado legal e ilegalmente. Seu braço armado, o Umkonto We Sizwe (Lança da Nação) expandiu sua ação a todo o país.

"Apesar da ilegalidade a partir da qual fomos forçados a atuar, o ano de 1984 encontra o ANC com apoio esmagador dentro da África do Sul... E a luta pela liberação, pela democracia e pelo poder popular atingiu novamente seu apogeu", afirmam os representantes do ANC.

"Durante este mês a África do Sul viu o exercício do Apartheid invadir os guetos onde as populações negras estão confinadas. Viu mais de 1

milhão de estudantes boicotarem as aulas. Viu todo o Transvaal, a província que possui mais de 60% de nossa indústria, paralisada por uma greve geral", contam os opositores.

Em setembro apenas 15% dos votantes compareceram às eleições que estabeleciam as Câmaras Legislativas para a população mestiça e indiana. O objetivo desta eleição era dividir as forças da resistência, procurando voltar os mestiços e indianos contra os negros. O total boicote isolou ainda mais o regime e demonstrou tanto interna como internacionalmente que nenhum segmento da população aceita mais a continuação do Apartheid. Afinal, na África do Sul vivem 22 milhões de negros, 2,8 milhões de mestiços, 870 mil indianos e 4,5 milhões de brancos. No entanto, o parlamento racista é composto por 178 parlamentares brancos, 85 mestiços, 45 indianos e... nenhum negro!

Recentemente até mesmo um jornal racista afirmou que já é tempo do governo ter conversações com o ANC. A ANC acusa de "desonestidade política dos Estados Unidos conduzida por Ronald Reagan pretextando um 'engajamento construtivo' na África Aus-



Negros: objetos da exploração e da curiosidade dos racistas

tral, que tem servido apenas para ajudar a ser cúmplice da intransigência e agressão do Apartheid sul-africano".

Esta política permite à África do Sul do Apartheid continuar a opressão e a exploração da maioria negra. Permite ao regime sul-africano continuar a recusar-se a descolonizar a Namíbia e continuar a desenvolver e aumentar o seu potencial nuclear. O ANC considera

a bomba atômica do Apartheid uma ameaça à paz mundial, chama a todos quantos hoje lutam pela paz ao total repúdio e bloqueio ao regime racista da África do Sul. Enquanto houver o regime do Apartheid não haverá paz na África do Sul, não haverá paz na África Austral, não haverá paz na África". finaliza o documento. (João Belizário — Rio de Janeiro)

Superexploração capitalista mata 2 mil na Índia

Gira em torno dos 2 mil os indianos mortos devido ao vazamento de isocianeto de metila da multinacional ianque Union Carbide, em Bhopal. O número de pessoas em estado grave é 20 mil — 200 mil inalaram o gás venenoso. A tragédia obrigou a Union Carbide a suspender temporariamente as atividades de fábrica nos EUA. Ao mesmo tempo foi denunciado que ainda este mês

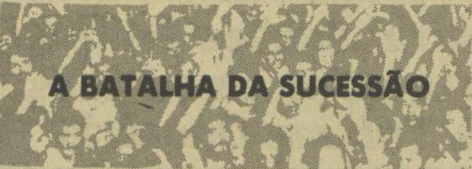
um carregamento desse gás venenoso será levado do Rio de Janeiro a Minas, passando por São Paulo, aqui no Brasil.

Catástrofes como essa, no entanto, não são incomuns. Em sua ânsia por obter o lucro máximo, os imperialistas deixaram de lado toda e qualquer preocupação que proteja as vidas humanas ou a natureza, principalmente em países se-

micoloniais como a Índia e também o Brasil.

Esse descaso é que explica a recente explosão de um depósito de gás no México, matando 452 e ferindo 4.248 popula- res. Ou a explosão do duto da Petrobrás, em Vila Socó — São Paulo —, onde morreram mais de 500 pessoas. Ou a explosão de depósito de gás na Polônia, em 1979, que matou 45 e feriu 77 trabalhadores.

Ou o caso da nuvem de "agente laranja" — gás venenoso — em Seveso, Itália, em 1976, que afetou mulheres grávidas e deformou seus bebês. Os casos são inúmeros. Mas nada é feito para evitar novas desgraças como essas, pois fere a lógica capitalista. Só mesmo em um novo sistema social, onde o homem seja o capital mais precioso, essas monstruosidades terão fim.



Comício em Camaçari na Bahia reúne mais de 5 mil pessoas

A cidade de Camaçari, na Bahia, foi abalada no dia 23 de novembro com o comício em apoio ao candidato da Aliança Democrática, Tancredo Neves, que reuniu mais de 5 mil na praça do Centro Comercial. Compareceram à manifestação, o candidato ao senado pelo PMDB, Waldir Pires, o ex-governador Roberto Santos, os deputados federais Haroldo Lima (PMDB-BA), Aurélio Peres (PMDB-SP) e Artur Virgílio Neto (PMDB-AM), além do presidente do PMDB no Estado, Marcelo Cordeiro, do ex-prefeito Mário Kertz, do deputado estadual Luiz Nova e outros (da sucursal).

Em Brejo Grande, uma grande manifestação das oposições

Mais de mil pessoas participaram do comício pró-Tancredo realizado na cidade de Brejo Grande, situada no baixo São Francisco em Sergipe. A grande manifestação, em frente à igreja local, foi marcada pela combatividade, a condenação enérgica do regime e do seu candidato Paulo Maluf e o apoio ao candidato das oposições, como meio de se alcançar a democracia no Brasil. A sua realização foi garantida apesar das chantagens e ameaças do prefeito da cidade, Tonho Pereira, um malufista empedernido. Estiveram presentes, entre outros, o deputado federal Jackson Barreto do PMDB, a vereadora Auxiliadora, dissidente do PDS, o deputado estadual Nelson Araújo (PMDB), o ex-presidente do PT (hoje filiado ao PMDB), Marcelo Bomfim, o representante da Tribuna Operária, Álvaro Vilela e outros (Tribuneiros de Brejo Grande).

"Tocha Democrática": um novo símbolo da campanha

Um novo símbolo da campanha Tancredo Neves foi criado pelos vereadores paulistas. Trata-se da "Tocha da Democracia", parecida com a usada nas olimpíadas. A "Tocha" sera acesa no dia 7, às 10 horas, em Santos, na Câmara Municipal (a primeira fundada no país). De lá, será conduzida até a Sé, onde se realiza o comício pró-Tancredo; passará, depois, por várias cidades do interior paulista; chegará a Minas Gerais, Goiás e, finalmente, a Brasília no dia 15 de janeiro (data da reunião do Colégio Eleitoral).

A iniciativa é da União dos Vereadores de São Paulo (UVESP).

Um grande Encontro pela Democracia domingo no Rio

Neste domingo será realizado um grande Encontro pela Democracia no Campus da Universidade Estadual do Rio de Janeiro. Convocado por diversas entidades democráticas e populares, entre elas a OAB-RJ, a Intersindical, a Famerj, UNE, UBES, os Conselhos Regionais de Medicina e Engenharia, o encontro discutirá a conjuntura política e marcará o apoio dos cariocas ao candidato da Aliança Democrática, Tancredo Neves (da Sucursal).

Moradores do bairro Federação de Salvador apóiam Tancredo

Os moradores da Federação, bairro oposicionista de Salvador, na Bahia, realizaram no dia 1º de dezembro o seu Primeiro Encontro, com a presença de cerca de 200 pessoas, representante de cinco associações de bairros, 11 grupos de mulheres, jovens e culturais, blocos carnavalescos e afoxés. Além de discutirem os principais problemas do bairro, os moradores resolveram lutar pela vitória e posse do candidato das oposições. Foi aprovada a proposta de realizar uma caminhada em apoio a Tancredo Neves e formar um comitê de campanha no bairro, apresentada pelo bloco "Puxada Axé". (da sucursal).

Artistas acreanos prestam homenagem ao candidato

Os artistas Dinho Gonçalves e Jorge Carlos, criadores dos personagens "Tenorinho" e "Tripulim", que vêm tendo participação destacada nas mobilizações populares desde a memorável campanha das diretas já, desejam prestar mais uma homenagem ao candidato das oposições, Tancredo Neves, percorrendo a estrada que vai do Rio Branco a Porto Velho de bicicleta, com saída no dia 1º de janeiro, já no auge do período invernos. Na viagem, haverá espetáculos com os palhaços, a cobertura fotográfica da BR 364, inclusive no trecho asfaltado (até Cuiabá) e um levantamento dos preços de gêneros alimentícios até São Paulo, ressaltando a importância do asfaltamento urgente de toda BR 364 para os acreanos. (da sucursal).

Mais uma pesquisa que revela repúdio do povo ao malufismo

Mais uma pesquisa popular sobre a preferência entre os candidatos à Presidência, realizada no dia 2 de novembro entre os estudantes do Ginásio Cenecista "Messias Filho" na cidade de Batalha (Piauí), veio confirmar o amplo favoritismo das oposições. De um total de 307 votos, Tancredo Neves teve 273; Maluf, apenas 32 e 2 foram brancos. (Genival Machado — de Batalha).

Mutuários do BNH pela derrota do regime militar no Colégio

Reunidos em Vitória (ES), no dia 16 de novembro, 36 dirigentes do movimento de associações de moradores e mutuários, representando 12 Estados, decidiram apoiar o candidato único das oposições à Presidência, Tancredo Neves. No abaixo-assinado que encaminharam ao ex-governador mineiro, eles consideram que Tancredo "expressa a vontade de mudança da maior parte da população e reúne as condições para a abertura de espaços democráticos que a sociedade brasileira exige" e, ainda, que o candidato "torna possível a derrota do regime e do seu candidato, Paulo Maluf, dentro de seu próprio território, que é o Colégio Eleitoral".

Os cinco anos da morte do dirigente comunista Diógenes de Arruda Câmara foram lembrados dia 30 numa sentida homenagem que lotou a sede da Associação Brasileira de Imprensa em São Paulo. Presidida por Arlindo Muglioli, da ABI-SP, a cerimônia teve a presença da viúva de Arruda, Thereza Costa Rego, e de sua filha Eva, além de seus companheiros de luta pela liberdade e o socialismo.

O advogado Luis Eduardo Greenhalgh, que se destacou na luta pela anistia, enfatizou a firmeza exemplar de



Vida de revolucionário

Diógenes de Arruda Câmara nasceu no sertão de Pernambuco, em 1916. Já nos anos seguintes à Revolução de 30, estreia na luta política, participando das explosões populares que agitaram as ruas de Recife. Seu ingresso no Partido Comunista do Brasil ocorreu em 1934 — e vai durar 46 anos, 36 dos quais passados na clandestinidade e sete no exílio.

Junto com João Amazonas, Mauricio Grabois, Pedro Pomar e outros comunistas que se safaram da onda de repressão desencadeada pelo Estado Novo, Diógenes participa da organização da Conferência da Mantiqueira, que reestrutura o PC do Brasil em 1943. Nela é eleito secretário de organização do Comitê Central. Em 1947, é eleito deputado federal, pela legenda do PSP do Rio de Janeiro. Em 1949 passa a editar a revista Problemas. Em 1952 chefia a delegação do PC do B ao 19º Congresso do PC da URSS e conhece

Stalin, com quem se entrevista por 40 minutos. Perseguido pelos generais golpistas, Diógenes é preso em 11 de novembro de 1969, sendo barbaramente torturado. Na prisão, teve duas paradas cardíacas; perdeu dois terços de sua capacidade pulmonar; quase ficou cego da vista direita; ficou manco e com a mão defeituosa (os torturadores quebraram um a um todos os dedos da mão esquerda). Mas o veterano comunista não se dobrou, nada falou aos seus inimigos de classe. Libertado em 1972, exila-se no Chile, onde prossegue sua atividade revolucionária até o golpe de Pinochet. Mais tarde, contribui para a reconstrução do Partido Comunista de Portugal (PCR). Retorna ao Brasil em outubro de 79, beneficiado pela anistia. Num dia de festa, em 25 de novembro, na calorosa recepção a João Amazonas (que retornara de três anos no exílio), Diógenes falece, vítima de um colapso cardíaco.

Eleitores do PT apóiam quem vota em Tancredo

Como os simpatizantes do PT vêem a posição oficial petista, de combate à candidatura Tancredo? Nos últimos dias este foi o tema de pesquisas e conclusões contraditórias. Lula diz ter apoio da grande maioria, mas vê-se obrigado a advertir em público suas bases desejosas de ir aos comícios pró-Tancredo. Já a deputada Bete Mendes, acaba de "tancredar".

Lula exibe como reforço da posição oficial uma consulta às bases petistas da Grande São Paulo, em que 87% se pronunciaram contra a ida ao Colégio Eleitoral. A consulta, porém, abrangeu apenas 5.970 membros do partido, menos que 12% dos cerca de 50 mil filiados ao PT na área metropolitana da capital paulista. Quem votou em peso foram os militantes trotskistas, suas áreas de influência e setores congêneres, que formam o núcleo mais ativo no PT. Permanece portanto a pergunta: o que pensa o petista comum?

A deputada federal Bete Mendes (PT-SP) resolveu fazer sua própria pesquisa, desde o estádio do Morumbi até os bares boêmios do Bixiga, e chegou a outro resultado. De 668 eleitores petistas



Bete, após pesquisar, "tancredou"

Arruda no cárcere. Designando-o repetidas vezes como "um herói do povo brasileiro", recordou inclusive o testemunho insuspeito de um promotor na Auditoria Militar: "Este homem foi preso, foi torturado no DOI-CODI, teve uma ou duas paradas cardíacas, mas teve um comportamento revolucionário".

No mesmo sentido pronunciou-se Valdirizar Pinto do Carmo, hoje presidente do Sindicato dos Empregados em Editoras de São Paulo, que rememorou emocionado os dias em que conviveu com Arruda, durante o auge do terror fascista, na Operação Bandeirantes, no DOPS e no Presídio Tiradentes.

José Duarte, veterano combatente ferroviário e comunista, frisou as qualidades do militante desaparecido prematuramente há cinco anos. "Eu ainda não conheci, nem nas fileiras do PC do B, ao qual tenho a honra de pertencer há 60 anos, nem tive notícia em outro partido, de um organizador igual a Diógenes de Arruda Câmara" - asseverou.

UM PEDAÇO DA HISTÓRIA

Encerrando o ato, Dynéas de Aguiar, que falou em nome da Comissão pela Legalidade do PC do B, afirmou que "falar de Arruda é falar da revolução, da luta do povo, de grande parte da história de nosso país".

Dynéas, baseado em anos de intensa militância conjun-



Dyneas Aguiar (esq.), Duarte, Muglioli, Thereza e Greenhalgh

Maluf posa de democrata em discurso demagógico

Abusando da demagogia e criticando o autoritarismo e a corrupção, o candidato do PDS à Presidência, Paulo Maluf, discursou na Câmara Federal dia 3. As perorações de Maluf dão indicações de serem o fundamento para a formação de um partido centralizado, de direita, sob sua direção, com características fascistas, para combater o governo Tancredo Neves.

Até contra a corrupção o candidato-trombadinha falou! Maluf queixou-se dos "que se serviram do PDS para locupletar-se no governo, e assim alimentar seus interesses pessoais". Não referia-se, é claro, ao escândalo Lutfalla, aos milhões de cruzeros que gastou em "rosas" quando chefiou o governo em São Paulo, às excursões internacionais que fez às custas do erário público, junto com seus asseclas. Nada disso.

Como todo direitista empedernido, Maluf apela para o combate à corrupção visando iludir o povo e ganhar respaldo para suas intenções espúrias. Esse mesmo discurso enganoso foi utilizado pelos militares golpistas há 20 anos, para tentar atrair algum apoio à derrubada do governo João Goulart. Mussolini, Hitler e outros fascistas também recorriam com facilidade a diatribes sobre a corrupção. Quando assumiram o poder, enlamearam-se como poucos no mar da corrupção...



Diógenes de Arruda Câmara: "Ser comunista é uma opção cotidiana"

ta, começou por lembrar que Arruda, por sua origem de classe, "talvez pudesse ter sido um grande não-sei-o-quê nesta sociedade que aí está"; mas escolheu o caminho, mais difícil, de romper com essa origem "não apenas do ponto de vista teórico, mas em todas as questões". Recordou o exemplo despreendido de Diógenes, que ignorava o apego mesquinho dos pequeno-burgueses à sua propriedade e dizia: "O que tenho de meu é a roupa do corpo, e talvez se um outro precisar eu nem com isso ficarei". Mas nem a tortura nem o exílio o levaram a abrir mão de suas convicções revolucionárias. "Não se pode ter duas vidas, escolhe-se sempre uma" - costumava dizer, assim como ensinava sempre que "ser comunista é uma opção cotidiana".

"Arruda - disse Dynéas - foi um combatente no Brasil, no Chile, na Argentina, na França, em Portugal... Foi um combatente por onde passou. E por onde passou deixou sua marca, deixou

lembranças, procurou antes e acima de tudo ajudar o proletariado a se organizar, a construir o seu partido, a defender a sua causa, a sua idéia, a sua doutrina. Porque para ser um verdadeiro combatente revolucionário proletário é preciso ter espírito internacional, saber que onde quer que esteja um comunista sempre há uma tarefa, sempre há algo a realizar."

O entranhado interesse pela teoria foi outro ponto sublinhado: "Aonde estivesse, nas condições em que estivesse, Arruda sempre foi um grande propagandista do marxismo-leninismo. Arruda, na cadeia, organizou um curso; não tinha livro, mas tinha a idéia. No Chile, depois do golpe de Estado, na Embaixada Argentina em Santiago, organizou um curso e não só para brasileiros, pois na Embaixada havia chilenos, argentinos, uruguaios, bolivianos. Ao chegar à Argentina, transformou um quarto de pensão numa escola, todo domingo dava aulas. Na Europa, a mesma coisa.

"Eu levanto estas questões - prosseguiu Dynéas - aparentemente pequenas, simples, porque os grandes homens, as grandes personalidades, só são grandes porque são coerentes nas questões por menores que sejam. Não existe o grande homem, a grande idéia, a grande ação, por ser grande simplesmente. Tudo é feito de dezenas, de milhares de pequenas coisas, de coisas simples, comuns, que se transformam em grandes porque correspondem a uma necessidade daquele momento em que foram realizadas."



FILHO DO REGIME

O candidato dos generais parece ter-se inspirado nas denúncias da oposição para pronunciar-se na Câmara. Queixou-se da inflação, do arrocho salarial, do aviltamento da moeda etc. Ousou até se apresentar como um democrata que rebela-se contra o autoritarismo.

Paulo Salim Maluf nunca foi um democrata. Sua carreira política está intrinsicamente ligada ao regime militar, de cujas entranhas surgiu. A demagogia de que lançou mão tem como pano de fundo sua derrota no Colégio Eleitoral, inevitável depois da marcha-à-ré de sua candidatura.

Daí, em desespero, propõe agora as eleições diretas que tanto empenhou-se em barrar durante a votação da emenda Dante de Oliveira. Maluf prepara-se desde já para se opor, a partir da extrema-direita, à transição democrática no governo de Tancredo Neves. Visando conquistar algum respaldo de massas, ou no mínimo confundir o povo, tenta manipular as sentidas aspirações populares por melhorias econômicas e sociais, e finalmente apresenta-se como democrata, já que sabe que o povo quer democracia e detesta o ódio ao regime militar. E o surrado recurso a que apelam os fascistas.

Juventude Socialista cria raízes

A União da Juventude Socialista (UJS), embora recém-fundada (em setembro deste ano), começa a lançar raízes nos Estados e municípios. No fim-de-semana passado, realizaram-se as solenidades de lançamento da UJS em mais quatro Estados, que passam a contar com coordenações estaduais e reforçam o trabalho nos locais de moradia, de trabalho e de estudo.

Bahia

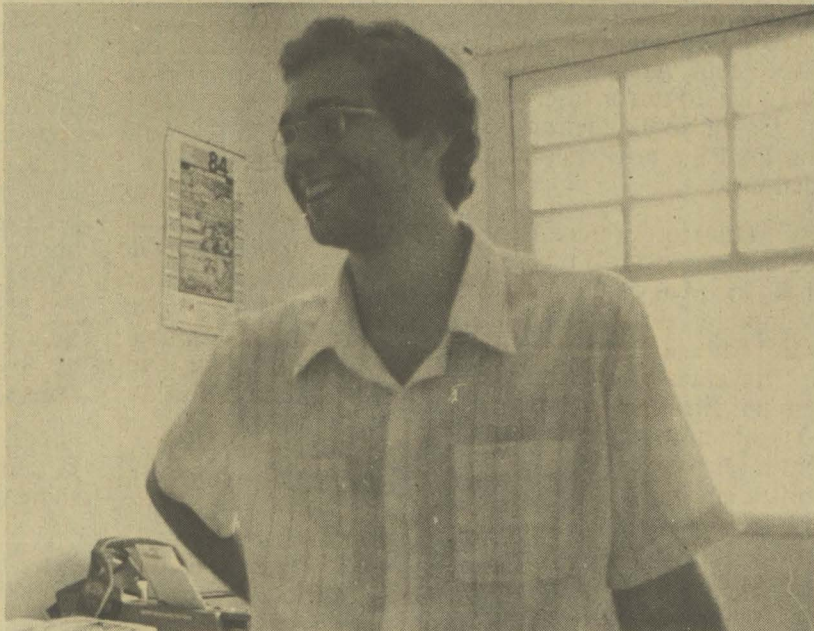
O lançamento da UJS na Bahia reuniu, num clima de alegria, combatividade e descontração, cerca de 800 jovens no Ginásio de Esportes da UCSal. Durante todo o dia, pronunciaram-se parlamentares, lideranças populares, sindicais e estudantis, ressaltando o papel da juventude na luta pela liberdade e o socialismo. E apresentaram-se cantores e dançarinos, compositores, músicos, poetas, grupos de samba, capoeira e maculelê.

Javier Alfaya, ex-presidente da UNE, eleito coordenador-geral da UJS baiana, abriu a reunião destacando que "a juventude está presente na luta pela mudança do país, mudança que signifique acabar com a fome, a exploração, a falta de liberdade".

Falaram também o presidente da Juventude do PMDB da Bahia, Sidônio Palmeira, a vereadora Lídice da Mata, pela União das Mulheres de Salvador, a estudante Gina, da UCSal, em nome da Juventude Negra, o presidente da União dos Estudantes da Bahia, Carlos Andrade, e o secre-



Foto: Edson Ferrari



Aspecto do plenário do lançamento em Goiânia; abaixo, Acildon Pae eleito coordenador da UJS paulista

tário-geral do Sindicato dos Metalúrgicos, Renildo Souza, entre outros.

Saudado com gritos de "legalidade", o representante da Comissão Nacional pela Legalidade do PC do Brasil, Renato Rabelo, afirmou que "a UJS é um instrumento importante, na busca da nova aurora da vida que é o socialismo. O deputado federal Haroldo Lima (PMDB-BA), último orador, afirmou: "Vocês abraçaram o verdadeiro socialismo, fundado por Marx e Engels". E lembrou que em outras condições a UJS não poderia se organizar, porque estariam logo as baionetas atrás. "Isso significa — agregou — que a li-

berdade está raiando no Brasil e a juventude vai aproveitar a liberdade para lutar pela vida."

A noite, os jovens foram comemorar o lançamento pulando atrás do trio elétrico, no tradicional encontro de trios de todos os anos, em frente ao Farol da Barra.

Rio de Janeiro

"Se cuida, João Batista, porque está nascendo a Juventude Socialista!" — foi o grito entoado por cerca de 200 jovens no Rio de Janeiro, onde o lançamento da UJS teve a presença de expressivas delegações das favelas de Indiana e Rio das Pedras, de metalúrgicos e

das cidades vizinhas de Nova Iguaçu, Caxias e Niterói.

Clara Araújo, ex-presidente da UNE, escolhida coordenadora-geral da UJS no Rio, rendeu na ocasião uma emocionada homenagem "à todos os jovens do Brasil e do mundo que lutam e lutaram pela liberdade e por um futuro sem guerra, sem miséria, sem fome, tão características da sociedade capitalista". Presenciaram o ato o advogado Marcelo Cerqueira, o diretor da ABI Augusto Villas Boas, o diretor da UNE Ricardo Tolentino e o presidente da Juventude do PDT, Anacleto, entre outros. O lançamento incluiu ainda a exibição de um filme sobre o desarmamento e outro sobre a exploração da mulher, além de uma animada roda de samba.

Goiás

Cerca de 300 jovens, na maioria estudantes, operários e comerciários, foram à Câmara Municipal de Goiânia para fundar a UJS em

Goiás e eleger sua coordenação, encabeçada por Adalberto Monteiro. Além de Goiânia, estavam representados no ato os municípios de Anápolis, Rio Verde, Iporá, São Luís dos Montes Belos, Aragarças, Barra do Garças e Araguaína. Presentes, também, vários políticos oposicionistas, entidades populares, artistas.

Marcado pela alegria e descontração, o evento teve duas partes. Na primeira, a tônica foi política, como nas palavras de Adalberto: "Conclamamos todos os jovens a construir o socialismo em nosso país; sabemos que esta é uma tarefa árdua, mas com a nossa união, perseverança, luta e organização nós conseguiremos atingir este objetivo".

A segunda parte foi das apresentações artísticas. Participaram o grupo de teatro Espantalho, os cantores Váler Mustafé, Du Oliveira, Braguinha, Osimar Holanda, os grupos Arrumação e Cio da Terra, os poetas Tagore Biran, Brasigóis Felício e Gilson Cavalcanti.

São Paulo

Em São Paulo, o lançamento da UJS foi na sede do Sindicato dos Metalúrgicos e escolheu vários jovens operários para a coordenação estadual, encabeçada por Acildon Pae, que presidiu a UNE na gestão 1983-84. Pae destacou que "só a derrubada do regime militar dará à juventude plena certeza de ver vingar os seus anseios democráticos", e fez a leitura do "Manifesto à Juventude", aclamado pelos presentes.

Depois dos discursos, a solenidade se encerrou com um show apresentado pelo músico e compositor José Geraldo e por um grupo de capoeira, seguido por um baile comemorativo, na Fa-

Congratulações de toda parte pelos cinco anos da Tribuna Operária

A Tribuna Operária continua recebendo mensagens de congratulações pelos seus cinco anos de existência e também solidariedade contra o ataque que sofreu da Polícia Federal.

Em Goiânia, cerca de 400 atletas participaram, dia 25, da maratona "Muda Brasil", promovida pela sucursal da TO em comemoração aos 5 anos do jornal. O vereador Adalberto Monteiro saudou, na Câmara, o jornal por estar "ao lado da liberdade e contra a tirania", e denunciou as perseguições de que a TO tem sido vítima durante sua existência.

Em Salvador, a vereadora Lídice da Mata congratulou, da tribuna da Câmara, a Tribuna Operária "pela passagem do seu quinto ano de luta pela democracia e pelo socialismo no Brasil".

Em Iguatu, Ceará, a sucursal da TO organizou um comício de apoio à candidatura Tancredo Neves e em comemoração aos cinco anos do jornal. Vereadores e jornalistas prestigiaram o ato.

REPÚDIO À REPRESSÃO

A Câmara de Anápolis, Goiás, aprovou moção apresentada pelo vereador Antônio Teles Filho repudiando a agressão da Polícia Federal à sucursal da TO naquele estado e a prisão de vários colaboradores do jornal. A União Brasileira dos Estudantes Secundaristas também enviou moção de repúdio à ação da PF.

Em Belém, a União Metropolitana dos Estudantes Secundaristas organizou um abaixo-assinado repudiando a perseguição dos órgãos de repressão do governo militar contra a TO. De Novo Hamburgo, Rio Grande do Sul, recebemos telegrama do presidente da Comissão de Direitos Humanos da Câmara de Vereadores, Antônio Paz, denunciando o "autoritarismo, prepotências e arbitrariedades" dos repressores.

O Sindicato dos Têxteis de Salvador também repudiou a "investida arbitrária da Polícia Federal". A Comissão Pastoral da Terra, Regional Nordeste III, condenou igualmente a ação da Polícia Federal: "Atos como este vêm se somar a tantos outros atos, praticados contra o povo brasileiro, sobretudo contra aqueles que mais se destacam na luta pela liberdade e pela vida, neste atual governo. O povo, seus líderes e seus aliados são perseguidos e assassinados", diz o texto da CPT.

Ação anticomunista da Polícia Federal gera protesto de democratas

O delegado da Polícia Federal de São Paulo, Marco Antônio Veronesi, não deve estar satisfeito com o resultado de sua turnê pelo país, na semana passada, à cata de elementos para instaurar um grande "Processo do PC do B". Ao interrogar as vítimas da ofensiva da PF em 26 de outubro, só conseguiu despertar protestos dos meios democráticos.

Em Goiânia, além de ser considerado *persona non grata* pela Câmara Municipal (ver TO nº 196), o delegado foi repudiado na Assembleia Legislativa como "agente da repressão política", que "não é bem vindo em Goiás porque o povo de nosso Estado nunca compactuou com o arbítrio, a ditadura e o autoritarismo". As palavras são do deputado Ronaldo Jayme, autor da moção de repúdio.

Já em Salvador, a Executiva do PMDB baiano emitiu nota oficial protestando contra as violências - que atingiram, entre outros, os membros do Diretório Regional peemedebista Péricles de Souza (suplente da Executiva), Olival Freire e Loretta Valadares. A nota reafirma "a solidariedade política, jurídica e material do partido aos companheiros perseguidos, solidariedade baseada no direito elementar de livre manifestação do pensamento e de liberdade de organização partidária". E considera que "esta ação da Polícia Federal está a serviço das forças que, a todo custo, tentam ainda impedir ou dificultar a instalação do governo de transição democrática".

Enquanto isso, uma das vítimas das prisões arbitrárias de outubro, Jaime de Oliveira Souza, era sumariamente demitida de seu emprego nas Centrais Elétricas, onde trabalhava há nove anos como excelente profissional. "A ordem veio de cima", informaram os superiores de Jaime na empresa estatal. E insinuaram que o motivo se ligaria a alguma coisa ocorrida durante suas férias - justamente quando ele foi preso arbitrariamente em São Paulo, ao assistir a um ciclo de palestras do CEPS.

Vá ao ciclo de debates do CEPS

Dia 10 - Democracia e Soberania Nacional, Entrelaçamento Necessário. Com o deputado federal Aldo Arantes,

o vereador Edson Simões, do PMDB, e o prof. Rogério Cerqueira Leite.

Dia 11 - Transição Democrática e Movimento

Operário e Popular. Com Clóvis Moura, da União Brasileira de Escritores, e Renato Rabelo, da Comissão Pela Legalidade do PC do B.

Dia 12 - Constituinte, 1946-1986. O que muda?

Com Raimundo Pereira, redator-chefe da revista "Retratos do Brasil" e o vereador Lauro Ferraz, do PMDB.

Os debates serão realizados no auditório do Centro de Estudos e Pesquisas Sociais, rua França Pinto, 330, Vila Mariana, S. Paulo, às 19h30m. Inscrição gratuita. Maiores informações pelo telefone 575-2416.

Câmara aprova a jornada de 40 horas semanais

A Câmara de Deputados aprovou, no final de novembro, um projeto de grande interesse para a classe operária e demais trabalhadores, estipulando em 40 horas semanais a duração normal da jornada de trabalho. Saudado com entusiasmo pelas organizações sindicais e populares, o projeto logo ganhou o repúdio feroz das classes patronais.

De autoria do deputado Oswaldo Lima Filho, do PMDB pernambucano, o projeto abrange os empregados de qualquer atividade e determina que a jornada de 40 horas só poderá ser acrescidas duas horas extras, pagas em pelo menos 50% a mais do que o valor das horas normais.

Este projeto vem de encontro a uma antiga reivindicação do movimento operário e sindical, que pleiteia redução da jornada de trabalho, garantindo a remuneração anterior.

Depois de aprovado

na Câmara, será votado no

Senado, no início de 1985.

REIVINDICAÇÃO

JUSTA"

Na opinião do deputado

metalúrgico Aurélio Pe-

res, de São Paulo, o projeto

aprovado pela Câmara

atende "a uma reivindica-

ção justa da classe

operária". Entre as suas

vantagens, Aurélio destaca

que "a redução da jornada

de trabalho é uma forma

bastante eficaz de se com-

bater o desemprego, prin-

cipalmente se vier acompa-

nhada da proibição de ho-

ras extras. Com isso, os pa-

trões são obrigados a con-

tratarem mais funcionários,

aumentando a oferta de em-

prego. Além disso, os ope-

rários aumentam suas horas

livres, tendo mais tempo pa-

ra o lazer".

O parlamentar paulista

entende, porém, que essa

conquista ainda não está as-

segurada, já que o projeto

precisa ser votado no Sena-



Foto: César Diniz

Aurélio Peres: "Só há um caminho"

do. Aurélio diz que "o Senado tem sito até hoje o beque de espera do governo, chutando para longe todas as vitórias obtidas pelo movimento popular e democrático. No entanto, no bojo das mudanças que estão se processando no país, o Senado também está mudando. Isto aumenta as chances de aprovação do projeto na próxima legislação".

PRESSÃO DE MASSAS

O deputado alerta que só há um caminho para forçar essa aprovação: "O movimento operário e sindical precisa fazer uma grande mobilização em torno da votação desse projeto, para pressionar todos os senadores. Só assim, com o povo, os operários e os líderes sindicais presentes em Brasília, defendendo essa reivindicação, é que o projeto poderá ser aprovado também no Senado, consolidando essa conquista. (da sucursal)

Por que os patrões são contra

A luta entre o trabalho e a capital, entre salário e lucro, tem um ponto-chave na jornada de trabalho. Quanto maior a jornada, maiores a produção e o lucro dos patrões. O único limite, desde que o capitalismo é capitalismo está na resistência física dos trabalhadores e na sua capacidade de luta.

Vejamos um exemplo: a produção mensal da Volkswagen digamos que tenha um faturamento mensal de Cr\$ 100 bilhões, que utiliza 30 mil operários, trabalhando 50 horas semanais em média, 200 horas por mês.

Para conseguir faturar esse 100 bilhões os patrões gastaram aproximadamente 10 bilhões com salários dos operários e 50 bilhões com matérias-primas e desgaste dos equipamentos necessários à produção. Isso dá um custo para os patrões de (50 + 10) 60 bilhões. Como o faturamento foi de 100 bilhões, houve um lucro de 40 bilhões, 66% sobre o capital investido. Nem todo esse lucro vai para a Volks — uma parte vai para impostos, juros e revendedoras — mas para facilitar não dividimos o lucro total.

De onde veio este lucro? Só pode ter sido do trabalho humano. Os operários transformaram energia e matérias-primas em automóveis. Partiram de materiais no valor de 50 bilhões e acrescen-

taram um valor equivalente a mais 50 bilhões.

Os patrões pagaram 10 bilhões por um trabalho vivo que acabou lhes rendendo 50 bilhões; se descontarmos os 10 bilhões que foram para salários sobram 40 bilhões líquidos de lucro: uma taxa de exploração de 400%.

Os trabalhadores, em 200 horas mensais, criaram um valor de 50 bilhões, o que dá 1 bilhão a cada 4 horas. Em apenas 40 horas destas 200, produziram o equivalente aos seus salários. O resto do tempo, 160 horas, trabalharam de graça para os patrões!

Se a jornada de trabalho fosse de 40 horas semanais, ou 160 horas mensais a situação seria outra. Os 30 mil operários, supondo que a produtividade seja a mesma, poderiam trabalhar o equivalente a 40 bilhões de matérias-primas e desgaste de equipamentos; o faturamento com a jornada de trabalho passaria a Cr\$ 80 bilhões. Os salários ficam nos mesmos 10 bilhões. Nessa situação, o custo é de 50 bilhões (40 de materiais e 10 de salários), o lucro fica sendo de 30 bilhões (80 — 50). A taxa de lucro cai para 60%, a taxa de exploração baixa para 300%. Os patrões lucram menos e os operários têm melhores condições de vida. Por isso, diminuir a jornada de trabalho é uma luta encarniçada.



Desde que o capitalismo é capitalismo, só a luta operária reduz a jornada de trabalho

CDM
Centro de Documentação e Memória
Fundação Maurício de Lacerda

LIÇÕES DA LUTA OPERÁRIA

Independência proletária

Lênin advertia, em 1905, que, embora os revolucionários possam “não só proclamar sua ‘independência’, como ainda conservá-la formalmente, as coisas podem se passar de tal modo que eles se vejam de mãos atadas na luta contra a inconseqüência da burguesia”. Ele acrescentava que o movimento revolucionário, apesar de conservar a sua fisionomia própria como partido, poderá não ter “forças suficientes para fazer sua independência proletária influir na marcha dos acontecimentos”. Se isto ocorrer, “sua diluição na democracia burguesa será um fato histórico”.

ACUMULAR FORÇAS

O grande dirigente revolucionário assinala ainda que “somente no caso da vitória completa da revolução democrática o proletariado não ficará de mãos atadas na luta contra a burguesia inconseqüente”. Para isto, “deve elevar, com suas palavras de ordem, a pequena burguesia revolucionária e republicana e, sobretudo, os camponeses, ao nível da democracia conseqüente do proletariado... Se o proletariado não tiver forças para isso, a burguesia se colocará à frente da revolução democrática e dará à mesma um caráter inconseqüente e egoísta”.

Embora em condições diferentes, vive-mos uma situação no Brasil onde estas indicações têm enorme importância. O processo de agitação política em que se desenvolve a luta sucessória exige que a classe operária se lance numa audaciosa atividade junto às massas trabalhadoras da cidade e do campo e acumule forças suficientes para “fazer sua independência proletária influir na marcha dos acontecimentos”.

ILUSÕES PERIGOSAS

Na batalha em curso, não é difícil que se espalhem ilusões com as mudanças em andamento. Depois de 20 anos de arbítrio, o fato de se conseguirem vitórias significativas no terreno democrático pode levar a um certo acomodamento e, na prática, a uma “diluição” do movimento proletário na democracia burguesa.

Este rumo levaria, no caso do Brasil em especial, com seus gravíssimos problemas acumulados, a sérios desapontamentos a curto prazo. A crise brasileira não é apenas fruto de obstáculos conjunturais. Exige transformações de fôlego, que só o povo organizado e mobilizado tem condições de proporcionar. Se a condução do processo ficar nas mãos da burguesia, não passará de retroques condenados fatalmente ao fracasso.

LIGAR-SE AO POVO

Impõe-se assim uma dedicação extraordinária dos trabalhadores de vanguarda em todos os sentidos. Primeiramente para agitar e discutir as propostas do proletariado. Usando para isto todos os instrumentos — inclusive esta nossa **Tribuna Operária**. E, com base neles, colaborar para elevar o nível de organização das massas. Dar uma atenção particular às entidades e sobretudo aos sindicatos. Com base nesta atuação para dar consistência à ampla mobilização popular que se verificou durante este ano — e que deve permanecer daqui para diante — é que se tornará realidade a presença do povo unido nos rumos do país. E avançar-se-á na construção das fileiras de vanguarda do proletariado. Só assim a “independência” deixará de ser apenas formal e passará de fato a pesar no rumo do desenvolvimento político.

As conquistas de liberdades democráticas não podem esmorecer a luta da classe operária e do povo no sentido de transformações radicais na sociedade. Pelo contrário, colocam-na mais diretamente na ordem do dia e criam melhores condições para sua realização. (Rogério Lustosa).



No ABC, em 1980, o protesto das mulheres contra a intervenção do Ministério do Trabalho

Liberdade sindical: uma questão candente

O movimento sindical brasileiro vive dias agitados. A possibilidade real de a partir de 15 de março o Brasil ter um governo de transição democrática, abre grandes perspectivas para o nosso sindicalismo. Um ponto que ganha destaque nas atuais discussões é o da autonomia e liberdade sindical. É consenso entre os sindicalistas que é impossível construir um sindicalismo atuante, democrático e representativo sem demolir a legislação anti-sindical existente há mais de 40 anos. O próprio candidato da Aliança Democrática, Tancredo Neves, já se comprometeu em reuniões com dirigentes sindicais a rediscutir a estrutura sindical.

Pela atual legislação sindical, para que os sindicatos sejam reconhecidos é obrigatório enviar ao Ministério do Trabalho cópia do estatuto padrão, onde devem constar como objetivos da entidade: “Colaborar com os poderes públicos no desenvolvimento da solidariedade social”; “Promover a conciliação nos dissídios coletivos”. Ou seja: o estatuto deixa claro que o objetivo desta estrutura fascista é submeter as entidades sindicais à tutela rigorosa do Estado burguês, é torná-las órgãos de colaboração de classes, impedindo que desenvolvam sua real função de instrumentos do proletariado e das massas assalariadas na luta contra a exploração capitalista.

Para atingir estes objetivos, a legislação sindical impede a união dos trabalhadores, impondo uma estrutura vertical, corporativista, em que é proibida a formação de organizações intersindicais. Segue a máxima de Maquiavel, “dividir para reinar”. Também proíbe que os trabalhadores discutam idéias mais avançadas, façam política classista nas suas entidades. Segundo um dos artigos da CLT, é condição para funcionamento dos sindicatos “a proibição de qualquer propaganda de doutrinas incompatíveis com as instituições”. A atual estrutura sindical, regulamentada numa série de artigos da CLT (Consolidação das Leis do Trabalho), ergue uma muralha de instrumentos de controle dos sindicatos.

A qualquer tentativa de romper esta muralha, o sindicato fica à mercê da intervenção ministerial. “Ocorrendo dissídio ou circunstâncias que perturbem o funcionamento da entidade sindical ou motivos relevantes de segurança nacional (?)”, o Ministério do Trabalho poderá nela intervir — afirma um dos itens da CLT. Num outro ponto, a legislação deixa mais claro quais seriam os motivos “relevantes”: quando “a entidade criar obstáculos à execução da política econômica adotada pelo governo”.

Utilizando este expediente, os generais golpistas promoveram uma verdadeira “caça às bruxas” a partir de abril de 64. Segundo estimativas, o Ministério do Trabalho interveio em cerca de 70% dos sindicatos com mais de 5 mil sócios; em 38% daqueles entre 1 mil e 5 mil sindicalizados; e em 19% das entidades com menos de mil sócios (ou seja, a intervenção atingiu principalmente os sindicatos maiores, mais poderosos e mobilizados). Mais recentemente, na época da “abertura”, várias categorias foram vítimas desta legislação arbitrária.

Até o SNI interfere na escolha das chapas

O controle da legislação se estende a toda a atividade sindical. Pela CLT, as chapas que disputam os pleitos sindicais devem ser submetidas ao Ministério do Trabalho, antes e depois da eleição — durante a fase negra da ditadura militar o atestado de ideologia fornecido ao Ministério era elaborado pelos órgãos de repressão e tortura. A lei é clara: não podem ser dirigentes sindicais os que “pública e ostensivamente, por atos ou palavras, defendem os princípios ideológicos de partido político cujo registro tenha sido cassado”. Durante as eleições, as mesas eleitorais são designadas pelo ministro do Trabalho.

A própria gestão financeira da enti-

dade é rigorosamente controlada, sendo que as contas do sindicato são submetidas anual e obrigatoriamente a registro e autenticação nos órgãos do Ministério do Trabalho. Mesmo o dinheiro que é compulsoriamente arrecadado de um dia de trabalho no ano de todos os assalariados, a chamada Contribuição Sindical, fica sob controle dos órgãos do governo. A verba arrecadada é distribuída pelo Ministério e sua destinação é unicamente para fins assistenciais — construção de colônias de férias, de ambulatórios médicos, cursos profissionalizantes, bolsas de estudo, etc. O objetivo desta manipulação é descaracterizar os sindicatos como órgãos de luta, transformando-os em órgãos paternalistas. O dinheiro também serve para alimentar pelegos que não se interessam pelo aumento da representatividade do sindicato, pelo aumento dos sindicalizados, já que isto traz mais despesas para a entidade e reduz a fatia de mordomias para os traidores!

Pela CLT também fica mutilado o direito de greve. Para realizá-la a entidade sindical precisa pedir autorização à Justiça do Trabalho; caso contrário está sujeita a penas que vão de multas, suspensão ou destituição da diretoria, até o fechamento da entidade com a cassação de sua carta de reconhecimento sindical! Com o golpe de 64, os generais aumentaram ainda mais as restrições ao direito de greve, tornando difícil e complexa a sua decretação e proibindo totalmente sua deflagração nos serviços públicos e nas chamadas “atividades essenciais”.

Neste pequeno apanhado sobre a legislação sindical fica evidente que ela restringe o quanto pode o espaço dos sindicatos para mobilizar e organizar suas categorias. Para cumprir sua função, os sindicatos necessitam destruir esta estrutura corporativista e atrelada ao governo; precisam construir entidades livres e autônomas. Cabe aos trabalhadores elaborar livremente uma nova estrutura sindical, decidir sobre seus estatutos, aplicar da maneira que julgarem conveniente os recursos financeiros da entidade, eleger e destituir diretorias, formar entidades intersindicais. Ao Estado, e ao governo, não cabe interferir, sob nenhum pretexto, na forma de organização, direção e ação do movimento sindical. (Altamiro Borges)



CDM

Centro de Documentação e Memória
Fundação Maurício Grabois

Estrutura fascista

A origem da legislação anti-sindical no Brasil data da década de 30, quando as classes dominantes, tendo à frente o novo governo de Getúlio Vargas, investem com maior força para controlar o combativo movimento operário. De lá para cá o que se nota é que mudam os governos, mas mantêm-se, com pequenas alterações, a estrutura sindical de inspiração fascista.

Nos períodos de relativas liberdades democráticas, a ação prática do movimento sindical supera os limites da legislação, rompe a estrutura vertical, passa por cima dos obstáculos “legais” — como se observa em parte na atual fase do sindicalismo brasileiro. Mas não consegue enterrar de vez as leis arbitrárias, dada a grande resistência das classes exploradoras. A qualquer novo golpe contra o movimento popular e operário, a reação encontra a legislação fascista intacta, pronta para ser novamente utilizada contra o movimento sindical. Por exemplo: os generais golpistas não precisaram impor nenhuma nova lei para intervir, cassar e prender os dirigentes sindicais logo após o golpe militar de 64; ela já estava feita, pronta para ser usada!

Desde o início os operários resistiram

O marco inicial da legislação anti-sindical se dá com a instituição da conhecida “Lei de Sindicalização”, criada pelo decreto 19.770, de março de 1931. Através dela o governo impõe o sindicato atrelado como órgão “de colaboração com o poder público”. Seu objetivo era aniquilar os atuantes sindicatos livres existentes até aquela época (antes de 31 as entidades sindicais eram autônomas, simples sociedades civis).

Os operários, principalmente os dos centros industriais, resistiram, não aceitaram sujeitar seus órgãos de classe às normas oficiais. Até meados da década de 30, os trabalhadores mantiveram a duras penas a autonomia de suas entidades. Neste período apenas 25% dos sindicatos operários de São Paulo, Rio de Janeiro, Minas Gerais e Rio Grande do Sul se submeteram

às restrições da “Lei de Sindicalização”. Para enquadrar as entidades o governo teve que iniciar o cerco a partir da periferia — entre 30 e 34, a maior parte dos sindicatos “oficiais” era do Norte e Nordeste — e das categorias menores, com pouca tradição de luta.

Com a derrota da insurreição de 35, dirigida pela Aliança Nacional Libertadora, e com a implantação do Estado Novo, em 37, o governo ditatorial de Getúlio Vargas reprimiu violentamente o movimento operário e, só assim, implantou a estrutura sindical tutelada. A legislação sindical adquiriu caráter nitidamente fascista. Os assessores do ministro do Trabalho Lindolfo Collor traduziram e copiaram, com pequenas modificações, a Carta Del Lavoro, do governo fascista de Mussolini na Itália. Em 10 de novembro de 43 foi promulgada a CLT, que reunia toda a legislação sindical e trabalhista e se mantém vigente até os dias de hoje, com pequenas alterações.

Uma concepção que nega a história

Atualmente algumas correntes sindicais exclusivistas, principalmente ligadas ao PT, tentam vender a idéia de que são eles lutam contra a estrutura sindical corporativista e atrelada. Isto é uma inverdade, uma negação da história, um desrespeito ao movimento operário que de há muito batalha pela mudança desta legislação. No passado o movimento operário não só fez inúmeras e combativas greves, quebrando na prática a legislação restritiva; não só realizou inúmeros congressos intersindicais e formou centrais unitárias, contrariando as imposições da estrutura vertical; também tinha posição explícita contra essa estrutura. Um ponto alto desta luta deu-se na Assembleia Constituinte de 46: a bancada do Partido Comunista do Brasil, expressando um anseio da classe operária, defendeu com firmeza a autonomia e liberdade sindical. Os partidos conversadores da burguesia, que eram majoritários na constituinte, impediram a demolição das leis anti-sindicais da CLT — contando para isto com a ajuda dos parlamentares vinculados à Igreja que já defendiam o pluralismo sindical e a fragmentação da luta operária.

No momento em que a discussão sobre a estrutura sindical volta à ordem do dia, com grandes possibilidades de mudanças, a história nos ensina que será necessária uma grande unidade do movimento operário e das forças progressistas para finalmente construir um sindicalismo autônomo, livre.

Para quebrar a resistência das classes dominantes, que querem continuar manipulando os sindicatos, será necessária grande mobilização do movimento sindical capaz de quebrar a estrutura na prática e operar as transformações legais que o atual estágio de luta exige.

DE OLHO NO LANCE

Corrupto em apuros

Paulo Maluf, em sua primeira aparição na Câmara Federal desde que foi eleito, resolveu atacar “os que em 20 anos se locupletaram” e que agora buscam refúgio apoiando a candidatura Tancredo Neves.

Não se trata propriamente de uma denúncia, uma vez que o objetivo é puramente o de lançar confusão. E também porque não foi apontada nenhuma irregularidade concreta. Mas de qualquer forma, vale como uma confissão de que nestes 20 anos houve de fato muitos assaltos ao patrimônio público. Aliás sobre este assunto o candidato trombadinha é bastante versado. Só o ex-governador Antônio Carlos Magalhães apresentou à Justiça, na Bahia, mais de 12 quilos de documentos, com mais de 1.500 páginas, com provas sobre o envolvimento de Maluf em trapacas de todo tipo.

O desespero de Maluf tem procedência. Com a ruptura das fileiras governistas, e com a debandada dos pedessistas, fica praticamente assegurada a vitória de Tancredo Neves. E se o povo e os democratas mais conseqüentes mantiverem a mobilização de massas, estarão criadas as condições concretas para que se apure o mar de lama de corrupção nestas duas décadas de predomínio dos generais e se adotem as punições cabíveis.

Trabalhadores rurais do Nordeste fazem congressos

O movimento dos trabalhadores rurais prossegue em plena atividade, na preparação de seu Congresso Nacional. Já noticiamos os encontros estaduais de Goiás, Bahia e Minas Gerais, todos com êxito. No Rio Grande do Norte e no Ceará também foram realizados congressos com grande representatividade e marcados pelo espírito de unidade e luta.

O repúdio à política econômica do governo, a luta pelo fim do regime militar, pela reforma agrária, bem como pela convocação de uma Assembléia Nacional Constituinte livre e soberana, foram as principais propostas aprovadas pelos 502 delegados dos 104 Sindicatos Rurais que participaram, nos dias 1º e 2 de dezembro, em Natal, do I Congresso de Trabalhadores Rurais do Rio Grande do Norte.

O Congresso aprovou ainda uma moção de apoio à candidatura Tancredo Ne-

ves, defendida pelo próprio presidente da FETARN, José Francisco da Silva, por Francisco Urbano, também diretor da entidade, e pela Contag.

O encontro foi parte da preparação do Congresso Nacional da Contag, marcado para maio de 1985. As propostas aprovadas refletiram a unidade do movimento sindical no campo. Uma das preocupações constantes dos trabalhadores rurais foi no tocante ao fortalecimento do movimento sindical. Para isto foram aprovadas medidas que tornam

mais democráticas as eleições das federações, aumentando o número de delegados que serão levados ao Congresso Nacional da categoria.

Outra conclusão importante foi o alerta de que, se não houver organização e unidade dos trabalhadores, não serão fáceis as conquistas de suas reivindicações, mesmo no novo governo da Aliança Democrática.

GRANDE PRESENÇA NO CEARÁ

No Ceará, o Congresso dos Trabalhadores Rurais reuniu 202 delegados, representando 136 dos 141 sindicatos rurais do Estado. Ao todo estiveram presentes 230 trabalhadores.

Além da presença massiva, o encontro foi marcado pela combatividade. Logo na abertura, Francisco Ur-

bano, tesoureiro da Contag, assinalou: "É preciso acabar com muita coisa a que o país foi acostumado nestes últimos 20 anos. É preciso acabar com a violência que existe contra o trabalhador rural. Só neste ano foram abatidos 45 companheiros, lideranças sindicais. Se tivessem sido 10 fazendeiros, a polícia e o Exército já tinham realizado uma verdadeira carnificina sobre os trabalhadores rurais. Se tivessem matado cinco políticos do governo, já tinha havido uma guerra".

A mesma disposição se viu nas comissões. Ao se debater a violência no campo, Roscy, presidente do Sindicato de Groaíras, ponderou: "Só quando morrer também patrão é que vão respeitar o trabalhador rural".

Além de discutir a participação política do homem do campo, o encontro manifestou apoio ao candidato das oposições, Tancredo Neves, e aprovou a proposta de Francisco de Assis, diretor da FETRAECE: Convocação de uma Assembléia Constituinte em 1986; suspensão do pagamento da dívida externa, com a utilização destes recursos para o desenvolvimento do país; restabelecimento das eleições diretas em todos os níveis.

Em relação ao movimento sindical, o Congresso decidiu procurar a CUT e o CONCLAT no sentido da realização de um congresso unitário para a reunificação da luta dos trabalhadores em plano nacional. E resolveu pela reafirmação da participação na Frente Sindical como entidade intersindical unitária no Estado. (das sucursais)



Em S. Paulo, compareceram 28 núcleos da União organizados nos diversos bairros

Mulheres se unem no Ceará, Rio e São Paulo

No clima de efervescência que toma conta de todo o país, na luta pelo fim do regime e pela conquista de um governo democrático, crescem rapidamente a mobilização e a organização das mulheres. Nesta última semana, realizaram-se importantes encontros da União de Mulheres de São Paulo, do Centro da Mulher de Fortaleza, e foi criada a Associação Liberdade Mulher no Rio de Janeiro.

No último dia 1º de dezembro, nasceu a Associação Liberdade Mulher, no Rio de Janeiro. A exemplo de outros Estados, as mulheres cariocas se organizam para lutar por seus direitos e participar de forma mais ativa, junto com todo o povo brasileiro, na construção de um regime democrático.

A nova entidade surgiu como fruto da experiência de mulheres que há longos anos se dedicam à luta pela emancipação da mulher e do povo. São seus objetivos a união e a solidariedade entre as mulheres, e a busca de uma nova mulher, na sua relação com o homem, com a família, com o mundo.

A ALM já vem se estruturando há algum tempo com a criação de núcleos por local de moradia, como os do Timbaú, do Tavares Bastos, da Vila Operária, de Indiana, da Pereira da Silva e Ilha da Gigóia, e por categoria profissional, entre as professoras, médicas e advogadas. Estão se formando também grupos de trabalho: a mulher na política, a mulher na história, a mulher nas leis, planejamento da família e creches.

Na plenária do dia 1º, foram aprovados os estatutos e o programa da entidade, e eleita uma diretoria provisória, tendo como presidente Luíza Martins, que declarou à Tribuna Operária: "A luta da mulher não pode ficar restrita às suas questões específicas sob pena de não nos libertarmos e não contribuirmos para a libertação do povo".

UNIÃO DE MULHERES

Num clima de alegria e entusiasmo foi realizado em São Paulo o II Encontro da União de Mulheres, marcando o 3º aniversário da entidade. O ato realizou-se no Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo e reuniu cerca de 500 mulheres. A mesa muito representativa, contou com a presença do Conselho da Condição Feminina, da diretoria do Sindicato dos Metalúrgicos, a segunda-secretária da Embaixada da Nicarágua, vereadores e outras personalidades.

No período da manhã, representantes de alguns núcleos apresentaram jograis, fizeram pequenas peças de teatro sobre a vida das mulheres e Brasília contra o projeto 2.045, apresentaram músicas, inclusive uma va-

quejada. Os núcleos deram um verdadeiro show de criatividade, despertando o interesse da plenária e da mesa.

Depois do almoço, foram divididos os grupos para discutir a atual conjuntura política, a violência sobre a mulher, o trabalho, a educação e a saúde. Também foram alterados o programa e os estatutos da entidade, com sugestões trazidas dos grupos de debate.

Chamou a atenção o depoimento de Marilda Neves de Souza, que era espancada diariamente pelo marido. "Mas um dia — disse ela — criei coragem e fugi com meus filhos. Dou um duro danado para sobreviver mas agora me sinto gente."

Duas operárias da Philco também afirmaram ter conquistado o respeito de seus companheiros por causa da greve. "Agora temos dignidade — afirmaram. É que lutamos para conquistar nossos direitos."

O Encontro se pronunciou em apoio a Tancredo Neves, destacando a importância de levar ao candidato as reivindicações das massas femininas. No final, foi eleita a diretoria da entidade.

ASSEMBLÉIA NO CEARÁ

O Centro Popular da Mulher de Fortaleza realizou, no dia 2 de dezembro, sua assembléia geral, contando com aproximadamente 120 mulheres da cidade e ainda representantes de Iguatu, Crato e Pacajus.

A assembléia teve início pela manhã, com a apresentação de um coral e de repentistas. Registrou-se a presença da Federação de Entidades de Bairros e Favelas de Fortaleza, várias associações de moradores, os DCEs da Unifor e da UFC, vários centros acadêmicos, grêmios de escolas secundaristas, a UMES, e a União da Juventude Socialista.

Depois dos debates nos grupos, em que se examinaram as realizações da entidade e propostas para o próximo ano, foi realizada uma plenária final com a aprovação de importantes resoluções.

A plenária discutiu a defesa dos direitos das trabalhadoras rurais e a participação das mulheres na luta pela reforma agrária. Decidiu fazer um levantamento da situação dos bairros para elaboração de projetos de moradia, assim como um balanço sobre o cumprimento e controle da lei de creches nos locais de trabalho. Dedicou-se também ao problema da violência de que são vítimas as mulheres e ao combate dos planos de controle da natalidade impostos pelo FMI, bem como às discriminações da mulher no trabalho, na família e na sociedade. Foi aclamado o apoio à candidatura Tancredo Neves, à luta por uma Assembléia Constituinte e pelo rompimento com o FMI, e eleita a nova diretoria da entidade. (das sucursais)



No Ceará, estiveram presentes 136 dos 141 Sindicatos Rurais



Os trabalhadores preferem a pobreza dos outros centros à escravidão do "projeto Esperança"

Escravidão no "projeto Esperança"

Acosadas pela fome e pelo trabalho escravo, 800 entre as mil famílias que foram assentadas no projeto agrícola "Esperança", de responsabilidade do governo do Estado, deixaram suas terras e procuraram os centros mais próximos. A maioria saiu do Sul do país, a convite do governador amazonense Gilberto Mestrinho, para executar o que ele define de projeto pioneiro.

A finalidade do "Esperança", localizado no município de Novo Aripuanan, seria fomentar a produção agrícola do Estado, com pequenos projetos que pudessem atender às necessidades da região e promover a distribuição de terras racionalmente. "Mas nada disso aconteceu. Não foram dadas as mínimas condições de sobrevivência para os colonos que vieram de outros Estados", disse o presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Novo Aripuanan, Orfile Martins.

TRABALHO ESCRAVO

O governador Gilberto Mestrinho diz que são os inimigos do Amazonas que estão professando o fracasso do projeto com o objetivo de garantirem as terras para grandes projetos de

multinacionais. Mas dessa forma ele busca apenas esconder a realidade. Conforme Orfile, "as famílias que vieram de fora, foram abandonadas e, se não saíssem de lá, e o mais breve possível, teriam morrido de fome".

Os colonos que resistem em abandonar seus lotes estão submetidos ao trabalho escravo para sobreviverem. "Em vez do estarem produzindo alimentos, estão fazendo carvão para uma firma contratada pelo executor do projeto", denuncia o presidente do Sindicato. Isso porque, inicialmente, o presidente do Iteram — órgão responsável pelos problemas da terra no Estado —, João Mendonça, levou os colonos a produzirem carvão vegetal argumentan-

do que o produto seria vendido diretamente à Petrobrás.

Diante da promessa, os colonos construíram três fornos para a fabricação do carvão, inclusive com tijolos por eles mesmos produzidos. Depois que tudo estava pronto, segundo o colono catarinense Elizeu dos Santos, de 33 anos, "eles se tornavam empregados da Silvates, ou então desistiam da idéia e perdiam seus direitos sobre as terras doadas".

As denúncias não se limitam, porém, a isto. Os colonos se queixam de uma série de arbitrariedades cometidas contra seus familiares. Elizeu acentuou, por exemplo, que os trabalhadores não possuem direito à organização independente. Ele mesmo sofreu ameaças de toda natureza, no momento em que defendeu, junto com outros companheiros, o direito à participação na administração do projeto, como chegou a ser prometido.

Uma comissão de colonos que pretendia falar com o

governador amazonense, em janeiro, foi presa por agentes do Dops antes de desembarcar em Manaus. Os jornalistas foram orientados por seus patrões a não divulgarem o fato. Voltaram para Novo Aripuanan num barco conduzido pela polícia (onde passaram três dias).

Ocorreram outras prisões em Novo Aripuanan, sob a justificativa esdrúxula de que a cidade estava sendo alvo de agitadores profissionais. O clima de tensão continua na região. Os colonos que estão produzindo carvão ganham apenas Cr\$ 50 mil por quinzena e trabalham praticamente isolados, sem acesso à cidade. No Enclat realizado em Manaus, depois de denunciarem a situação, os trabalhadores sugeriram a criação de uma Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) para apurar as irregularidades do projeto. O PMDB já se dispôs a colaborar nesse sentido, mas o PDS não mostrou ainda maiores interesses (da sucursal).

Leia e estude o marxismo-leninismo

JOÃO AMAZONAS

Socialismo, ideal da classe operária, aspiração de todos os povos.. Cr\$ 3.000,00

O trotsquismo, corrente política contra-revolucionária..... Cr\$ 500,00

MARX E ENGELS

A Ideologia Alemã..... Cr\$ 5.600,00

Obras Escolhidas (3 volumes), cada volume..... Cr\$ 15.000,00

FRIEDRICH ENGELS

A Origem da Família, da Propriedade Privada e do Estado..... Cr\$ 6.300,00

Do Socialismo Utópico ao Socialismo Científico..... Cr\$ 4.300,00

V. I. LÊNIN

Obras Escolhidas (3 volumes), cada volume..... Cr\$ 15.000,00

Esquerdismo, Doença Infantil do Comunismo..... Cr\$ 6.900,00

Sobre os Sindicatos..... Cr\$ 4.000,00

O Trabalho do Partido entre as Massas..... Cr\$ 4.000,00

Que fazer?..... Cr\$ 6.800,00

VÁRIOS AUTORES

Em defesa dos direitos e da emancipação da mulher (L. Moraes).... Cr\$ 1.500,00

Socialismo na Albânia (J. Sautchuk)..... Cr\$ 8.800,00

História da Ação Popular (H. Lima/Aldo Arantes)..... Cr\$ 9.000,00

Greves Operárias na Bahia (Renildo Souza)..... Cr\$ 1.500,00

Pedidos para a Editora Anita Garibaldi, com o envio de cheque nominal, Av. Brig. Luís Antônio, 317, 4º andar, sala 43. CEP 01317 - Fone: 34-0689 - São Paulo, SP.

Fundação Maurício Grabois

Greve na Ford reforça unidade dos operários

Após quase duas semanas em greve, os 2.500 metalúrgicos da Ford do Ipiranga, na capital paulista, retornaram ao trabalho no último dia 3. Em termos econômicos, a paralisação não obteve grandes vitórias — os grevistas exigiam reajuste trimestral de 100% do INPC, 20% de aumento real e abono de emergência. A multinacional americana comprometeu-se verbalmente a conceder apenas o INPC integral em fevereiro. Quanto às horas paradas, a empresa concordou em descontá-las em dez parcelas a partir de abril. Já as reivindicações sociais foram em parte atendidas.

Se por um lado a greve não obteve vitórias significativas, por outro a Ford não atingiu seu intento de destruir a Comissão de Fábrica, ou mesmo desgastá-la. “Neste sentido a Ford foi derrotada. Politicamente a greve foi uma vitória para o coletivo da Ford. A nossa comissão saiu reforçada, a unidade dos operários no interior da empresa se consolidou e nossa organização hoje é maior do que quando o movimento foi iniciado”, avalia Lúcio Belentani, coordenador da Comissão de Fábrica.

Prova disto é que desde a suspensão da greve, os operários se recusam a fazer horas extras, apesar de a direção da empresa pressionar. Este protesto forçou a multinacional a admitir 35 funcionários na quarta-feira, dia 5. Os membros da Comissão de Fábrica não vêem condições de a empresa reprimir os ativistas. “Eles sabem que, se houver algum retrocesso, algum endurecimento, toda fábrica pára novamente e haverá uma grande explosão. A defesa da nossa organização interna é uma questão de honra para todos os companheiros”, afirma Lúcio.

Siderúrgica federal demite no Amazonas

A Siderama, siderúrgica do governo federal em Manaus, demitiu 97 operários na semana passada. O motivo: eles participaram de uma greve que exigia o cumprimento de um acordo coletivo já celebrado na Justiça do Trabalho entre as empresas e o Sindicato dos Metalúrgicos.

O setor de produção da Siderama parou. Em resposta, o diretor da estatal, José Jetane, mandou que policiais ocupassem a empresa. Sob coação dos soldados, os metalúrgicos assinaram suas demissões por “justa causa” — a empresa arvorou-se o direito de considerar a greve ilegal.

Ao resistirem às intimidações policiais para que voltassem ao trabalho, os metalúrgicos foram confinados no refeitório por mais de 11 horas, privados de alimentação. Depois foram abandonados na bola da Suframa, a alguns quilômetros da Siderama. De lá caminharam até o Sindicato.

Na entidade os trabalhadores denunciaram que até para ir ao banheiro eram seguidos pelos policiais armados de fuzis.

A presença das tropas de choque da PM passou a ser rotina na Siderama. O arbitrário diretor José Jetane diz que é para proteger o patrimônio do governo federal. Mas o presidente do Sindicato dos Metalúrgicos, Ricardo Moraes, denuncia que a presença da repressão “é uma provocação, porque não somos vândalos e sim trabalhadores. Queremos apenas os nossos direitos”.

Ricardo Moraes ingressou com ação na Justiça do Trabalho contra a Siderama, pedindo o cumprimento do acordo coletivo de trabalho e a readmissão dos 97 metalúrgicos. A Siderama é a única empresa do setor que se nega a pagar o piso salarial de Cr\$ 185 mil, um adicional de 40% e horas extras a partir de novembro último. Para o presidente do Sindicato, o movimento “serviu para mostrar que os trabalhadores estão organizados e unidos em busca de seus direitos”. (da sucursal)



Aeroviários de São Paulo ameaçam deixar os aviões estacionados nos galpões

Aeroviários paulistas mobilizam suas forças

A campanha salarial dos 20 mil aeroviários de São Paulo continua esquentando. Na assembléia de terça-feira, dia 4, os mais de mil trabalhadores presentes rejeitaram a contraproposta patronal e decidiram intensificar a pressão: não farão mais horas extras, obedecerão rigidamente às normas de segurança da empresa e usarão adesivos para conquistar o apoio da população. No próximo dia 11, ocorre a assembléia decisiva.

Numa atitude arrogante, os empresários da aviação ofereceram apenas o reajuste de 100% do INPC, sequer discutiram as cláusulas sociais e afirmaram que as negociações estavam suspensas. Em reposta, os aeroviários vaiaram a intransigência patronal e mantiveram a pauta de reivindicações: INPC integral para todas as faixas, reposição salarial de 20%, trimestral e estabilidade no emprego. Como forma de pressão, resolveram diminuir o ritmo de trabalho nos aeroportos e informar os usuários sobre a postura irredutível dos patrões. “Caso nossas exigências não sejam aceitas, nós já estamos esquentando o pessoal para a greve”, informa Oswaldo de Oliveira Ribeiro, presidente do Sindicato dos Aeroviários.

CATEGORIA DE PESO

Uma paralisação no setor traria grandes transtornos a São Paulo e teria repercussões imediatas a nível nacional. Os aeroviários são responsáveis por toda a infra-estrutura nos aeroportos. A categoria abrange desde os operários da manutenção dos aviões até o pessoal do escritório que cuida de toda documentação para o vôo, passando pelos trabalhadores nas pistas do aeroporto. Sua importância é tanta, que é considerada categoria “essencial”, regulamentada como atividade de segurança nacional e terminantemente proibida de realizar greves e protestos.

Como explica um trabalhador com dois anos na Vasp, “se os aeroviários param, nenhum avião decola ou pousa; toda a carga fica armazenada; o correio não funciona; os gêneros alimentícios perecíveis, que são transportados urgentemente em aviões, estragam-se; os equipamentos industriais mais sofisticados não chegam às indústrias; a própria movimentação dos homens do governo e dos deputados fica prejudicada”.

SINDICATO ATUANTE

Na campanha salarial deste ano a própria categoria está despertando e tomando consciência da sua importância e de sua força. Agora ela conta com um Sindicato dinâmico, mobilizador e democrático. Até o final

de 1983 a entidade estava paralisada, nas mãos do pelego Sidival Modesto Godói, que entrara na direção do Sindicato como interventor em 1971. Nestes 12 anos a sede sindical serviu como alojamento de agentes do Dops e da polícia federal. As assembléias não contavam com mais de 100 pessoas; a diretoria pelega não convocava a categoria e, quando os presentes nas assembléias discordavam da sua orientação, havia pancadaria, como ocorreu em 1979; a corrupção campeava na sede sindical e na colônia de férias.

Em novembro do ano passado a oposição, encabeçada por Oswaldo, ganhou as eleições sindicais. De lá para cá, neste curto espaço de tempo, o Sindicato mudou: as assembléias contam em média com 800 trabalhadores; a sindicalização aumentou; e a categoria já obteve algumas vitórias com sua mobilização, como a contenção das demissões na Vasp e um abono salarial de 20% em agosto passado.

“A mobilização da categoria mudou radicalmente”, afirma Oswaldo, que explica: “Hoje a gente sente que os aeroviários confiam no seu Sindicato, participam das reuniões setoriais e ganham maior coragem para a luta. Esta mudança tem gerado o ódio dos patrões. A distribuição dos boletins sindicais no aeroporto é proibida. As empresas reprimem violentamente os trabalhadores, contando para isto com inúmeros coronéis que foram colocados nos postos de chefia durante os anos da ditadura. A Varig, que é a maior empresa do setor e monopoliza as viagens para o exterior, não permitiu nem que os funcionários usassem as camisetas das Diretas-já confeccionadas pelo Sindicato”.

Segundo denúncia de um aeroviário da empresa Sata, que pertence à Varig, “recentemente o companheiro Carlos Sant foi demitido só porque participava das reuniões no Sindicato. Apesar de toda esta repressão, na qual não falta a pressão do Ministério da Aeronáutica, a campanha salarial esquentou e na Assembléia do próximo dia 11 a categoria discutirá como garantir suas reivindicações, “nem que seja com a greve”.

Bancários prometem parar o Banco do Brasil

Os 120 mil funcionários do Banco do Brasil de todo o país estão sendo vítimas de uma grande ofensiva do governo federal e da direção da empresa. O objetivo é cortar os benefícios conquistados pelos bancários no passado e arrochar ainda mais os salários.

Nesta semana, o Conselho Nacional de Política Salarial (CNPS), órgão do governo, vetou o acordo firmado anteriormente entre os bancários e a direção do banco, que previa reajustes salariais de 100% para todos os funcionários do BB. Já numa reunião realizada na quarta-feira, dia 5, a direção do BB anunciou que haverá corte nos benefícios dos funcionários: deverá desaparecer o auxílio-creche e o auxílio-funeral.

Soma-se a estas investidas, o projeto de reforma bancária que os militares tentam aprovar às pressas antes de serem desalojados do Palácio do Planalto. Atendendo às ordens do FMI, os generais pretendem privatizar o BB, tornando-o um estabelecimento comercial. O projeto visa também arrochar durante o salário do funcionalismo.

A situação no interior do BB é de grande tensão. Os bancários

encontram-se em pé de guerra para impedir o novo arrocho. Na sexta-feira, dia 30, os funcionários do BB de diversos Estados paralisaram o trabalho por uma hora, ou usaram tarjas pretas no horário de expediente — numa manifestação unitária e nacional comandada pelos principais sindicatos do país.

Em São Paulo a paralisação atingiu 32 das 40 agências do BB na capital, com 70% dos 7 mil funcionários participando do movimento de protesto. O Cesec (Centro de Processamento de Dados) de Santo Amaro, na capital paulista, parou nos quatro turnos. No Rio Grande do Sul a paralisação foi mais organizada. Os bancários não trabalharam por duas horas e houve uma passeata pelo centro de Porto Alegre. “FMI, tire as mãos do BB”, era a palavra de ordem dos manifestantes.

Com uma pauta de reivindicações unificada (contra a interferência do CNPS nas negociações; por 100% do INPC para todos os funcionários; contra o corte de benefícios; e contra a reforma bancária), os Sindicatos de Bancários das principais cidades do país prometem greve de um dia na próxima sexta-feira, dia 7.

Governo quer anular eleição em Alagoas

Confirmaram-se as denúncias feitas logo após a vitória dos professores alagoanos na eleição de sua entidade, a APAL: o governo do Estado e o PDS, inconformados com a derrota nas urnas, partiram para tentativas desesperadas de intervenção. Não admitem perder o controle da entidade, ainda mais para uma chapa representativa e unitária.

Na eleição do dia 22, a chapa **Unidade e Renovação**, apoiada pela maioria dos professores e pela opinião pública, venceu por 230 votos de diferença em mais de 8 mil votos, superando todas as pressões, ameaças, violências e fraudes (Ver TO número 196). No dia 29, data da posse da nova diretoria, em meio às solenidades, apareceu uma liminar suspendendo-a. Os professores ficaram revoltados e passaram imediatamente à mobilização para garantir os resultados eleitorais.

Segundo os advogados da Chapa 1, a liminar concedida pelo juiz não tem qualquer fundamentação jurídica, mas devido à autoridade judicial a posse foi impedida. Confirmava-se assim a ameaça feita pelo governo do Estado, através do seu líder na Assembléia, deputado José Medeiros, de que “a Chapa 1 não se iluda, a eleição será impugnada”. O governo pretende criar um impasse para impor ao professorado uma Junta Interventora na APAL e ganhar tempo.



Alba Cruz, entregando a plataforma da APAL a Tancredo Neves

NO “TAPETÃO”

Se a posse de direito foi bloqueada no “tapetão”, a posse de fato foi realizada no dia 29. Nos discursos na sede da APAL, professores da capital e do interior afirmavam com todo vigor que “Alba Correia é a nossa única presidente e ninguém mais entra nesta sede para tomar posse”.

Nesse mesmo dia, no comício-monstro do PMDB com Tancredo Neves, Alba Correia foi saudada por 100 mil pessoas como a grande líder do magistério alagoano e presidente eleita da APAL. Diversos oradores referiram-se ao episódio denunciando a trama intervencionista. Manifestações partiram também do movimento sindical e de entidades democráticas.

O juiz que compactuou com a trama está recebendo uma chuva de telegramas de protesto, exigindo sua imparcialidade. Na Assembléia Legislativa o deputado Eduar-

do Bonfim voltou a denunciar a arbitrariedade, responsabilizando diretamente o Governador Diniz. Domingo passado, em Penedo, houve uma grande comemoração com toda a chapa eleita e os professores do município, inclusive os que apoiaram a outra chapa. Igual manifestação está programada para Palmeira dos Índios. A diretoria eleita já prepara a convocação da categoria para a Assembléia preparatória do Congresso da CPB. No plano jurídico, a luta se desenvolve com um mandado de segurança, impetrado para garantir a posse.

MANIFESTAÇÃO NO INTERIOR

Enquanto isso a diretoria eleita continua arrematando os professores para a luta da categoria. Domingo passado, em Penedo, houve uma grande comemoração com toda a chapa eleita e os professores do município, inclusive os que apoiaram a outra chapa. Igual manifestação está programada para Palmeira dos Índios. A diretoria eleita já prepara a convocação da categoria para a Assembléia preparatória do Congresso da CPB. No plano jurídico, a luta se desenvolve com um mandado de segurança, impetrado para garantir a posse.

São José dá exemplo de sindicalização em massa

Recém-libertado de 17 anos de peleguismo, em fevereiro último, o Sindicato dos Calçados de São José dos Campos, São Paulo, acaba de dar um esplêndido exemplo na front da sindicalização. Em apenas um dia — 26 de novembro — realizou 712 novas sindicalizações, elevando seu quadro de sócios para 2.732 trabalhadores, equivalentes a 88% da categoria!

Os operários dos calçados de São José dos Campos estão todos concentrados numa grande empresa — a Alpargatas, com 3.236 empregados. Fora de lá, há apenas uns poucos trabalhadores em sapateiros artesanais, entre os quais um único sindicalizado. Na data da posse da diretoria atual, encabeçada por José Laurindo Portela, a Alpargatas tinha mais empregados (3.580), mas os sócios do Sindicato eram apenas 1.395.

Em dez meses, este quadro sofreu uma mudança de qualidade. A nova diretoria, combativa, democrática e classista, encabeçou uma greve com ocupação da empresa, uma greve de fome e uma operação tartaruga, sempre com vitórias. Cada diretor, desde o dia da posse, passou a ter metas de sindicalização semanais e com isto elevou o número de sócios para 2.020.

O SEGREDO DO SUCESSO

Porém o ponto decisivo foi que o Sindicato conseguiu, no último contrato coletivo, uma cláusula em que a Alpargatas se obriga a abrir suas portas, durante um dia do ano, para a sindicalização dentro da empre-



Portela, presidente de um Sindicato representativo e atuante

sa. Essa conquista foi o segredo do sucesso.

Chegado o dia, o Sindicato montou uma verdadeira operação de guerra: realizaram assembléias na entrada das três turnos e colocaram seus diretores trabalhando ininterruptamente das 5 horas da madrugada às 4 do dia seguinte — “Vinte e três horas no ar”, como relata Portela, exultante.

A empresa esperneou o quanto pôde. Gedei para local da sindicalização uma sala bem em frente ao Departamento de Pessoal, buscando impedir os operários. Mas foi vencida pela garra e organização do Sindicato.

Portela relata o método usado: cada diretor ia numa seção, perguntava quem não era sócio e levava-os até a sala, em grupos de 30. Ali eles ouviam uma pequena exposição sobre a importância do Sindicato, sanavam suas dúvidas e, com uma outra exceção, sindicalizavam-se em massa, na hora. Agora, o Sindicato planeja realizar cerimônias em que os novos sindicalizados, em grupos de cem, receberão na sede da entidade um diploma entregue por uma “madrinha”, sua mãe, esposa, namorada, filha ou irmã, para aproximar também as mulheres do Sindicato. (da sucursal)



Acidentes viram rotina e vitimam no Carbueto

Vinte e seis aposentados e operários da firma Carbueto (CBCC) da cidade mineira de Santos Dumont denunciam um grande número de irregularidades na empresa.

A firma, que produz 200 toneladas de carbureto de cálcio e 100 toneladas de ferro silício por dia (jornada de 24 horas), é de capital belga e emprega perto de 1.000 operários.

Um de seus maiores problemas, segundo as denúncias, são os constantes acidentes, principalmente no 4º forno, alguns levando à morte (dois casos este ano), e os casos de doenças profissionais são também frequentes, embora reconhecidos pela empresa.

“Fui admitido no dia 17/12/73 — nos relata um operário —, e trabalhei na companhia por dez anos. Trabalhei na britagem de carbureto e na estamparia, quando tive diversos acidentes, tinha que operar quatro máquinas de uma só vez. Depois destes acidentes peguei bronquite crônica, chegando a tuberculose pulmonar, sendo transferido e passando a operar uma ponte rolante. Hoje, com 31 anos, fui demitido da fábrica com asma crônica, mutilado nas mãos, impossibilitado de trabalhar.”

Esta impressionante denúncia revela o caráter da exploração do trabalho operário, feita pela multinacional belga. Os trabalhadores são tratados como uma mercadoria: enquanto têm força para produzir são mantidos tra-

balhando, mas na medida em que adoecem ou se acidentam, se tornam obsoletos, não servindo mais aos interesses do capital.

Outra irregularidade é o tratamento dispensado aos seus aposentados, que estão sendo demitidos sem justa causa, desrespeitando inclusive cláusula de acordo firmado com o Sindicato, na qual era garantido o trabalho, por um período de dois anos após a aposentadoria, a todos os operários nesta condição.

A reação dos aposentados foi pronta, embora não contem com o apoio do Sindicato, e 26 deles entraram na Justiça com uma ação contra a empresa. Antes, a empresa tinha feito uma proposta na qual “ela nos daria seis meses de prêmio... só que a companhia não pagou a nenhum de nós”.

Mais adiante, os operários fizeram uma relação de outras irregularidades: não-pagamento do adicional de insalubridade correto, que é de 40%; demissão sem aviso prévio; não-pagamento integral de outros direitos como férias, 13º salário e adicional noturno.

O pior é que em sua luta os operários não estão contando com o apoio do presidente de seu Sindicato, que é supervisor de segurança da empresa. Mas os operários estão dispostos a modificar toda esta situação. (grupo de operários da TO em Juiz de Fora, Minas Gerais)

Creche de empresa, uma reivindicação operária

Realizou-se, no dia 23 de novembro, o I Encontro sobre a importância da creche no local de trabalho, com a participação de representantes de empresas, mães e usuários, bem como o pessoal responsável pelo funcionamento do berçário/creche na empresa. O evento foi uma promoção da Comissão de Creche do Conselho Estadual da Condição Feminina de São Paulo, que tem procurado conhecer de perto, a realidade das creches nas empresas.

Não é novidade que a lei não é cumprida. No Estado de São Paulo, com mais de três milhões de trabalhadoras, foram localizadas apenas 37 creches/berçários nas empresas.

O CECF pode constatar que mesmo tendo que sair de madrugada com o filho e sacola, na maioria das vezes sem condução própria ou da empresa, ficam satisfeitas quando existem estes berçários no local de trabalho. Como declarou Maria Dolores, funcionária da Cia. Souza Cruz, mãe de um bebê que fica no berçário da empresa, “é muito bom ter este berçário porque eu posso amamentar minha filha e vê-la crescer, posso me relacionar com ela na hora da amamentação e do almoço. Mesmo que tivesse alguém para cuidar dela em casa, eu a traria para a creche porque posso vê-la durante o dia”.

Representantes das empresas, como o da Metalac S/A, que fabrica paraísos em Sorocaba, “a melhor forma de responder às necessidades das trabalhadoras é implantar a creche industrial que pode funcionar de acordo com o horário de trabalho da mãe, garantindo não só a amamentação natural como maior produtividade da trabalhadora, redução das faltas e atrasos. E o mais importante é que a

tranquilidade da mãe evita acidentes de trabalho”. “Na verdade — disse ele — não onera a empresa a implantação de creches, é um investimento que garante lucros. E as despesas com a construção e manutenção de creches é dedutível do lucro tributável.”

Houve consenso de todos os participantes quanto à necessidade urgente de reformulação da CLT, considerada “ridícula” e “arbitrária”. Como perguntou Walter Idalgo, diretor de Recursos Humanos da Metalac S/A, “que autoridade ela tem para considerar a criança emancipada com apenas seis meses”.

A faixa etária deve ser ampliada, de preferência até os sete anos. Mas o grande defeito da lei é que ela prevê o estabelecimento de convênios com creches distritais quando a empresa não tem seu berçário próprio. E é aí que surgem os convênios fantasmas, com creches muito distantes. É o caso da creche P. Guerino, na Vila dos Remédios, que mantém convênios com aproximadamente 70 empresas mediante a ridícula quantia de Cr\$ 5 mil por berço. A fiscalização inexistente. De 32 creches visitadas, 25 não receberam nenhum tipo de fiscalização. É necessária a inclusão do movimento sindical, do movimento feminista e das trabalhadoras neste processo de fiscalização.

A Comissão de Creche considerou o Encontro de extrema importância para alcançar o objetivo maior, que é a criação de berçários ou creches nas empresas. Ainda faltam audácia do movimento sindical e os políticos para tratarem da bandeira de creche — a garantia de um futuro mais feliz. (Maria Amélia Teles — São Paulo, SP)

Estudantes apóiam Tancredo

Após uma acirrada e violenta campanha eleitoral, onde não faltaram provocações, campanha anti-comunista e inscrição de chapa “fantasma” para confundir o quadro de propostas, realizaram-se as eleições para o centro Acadêmico da Faculdade de Ciências Médicas de Porto Alegre.

O resultado foi um comparecimento massivo (78%) dos estudantes às urnas, o que deu a vitória à chapa **Coração de Estudante**.

O programa da chapa eleita é baseado

em todo um trabalho já realizado por outras diretorias na entidade e no apoio ao candidato único das oposições, com um programa de emergência para a Universidade.

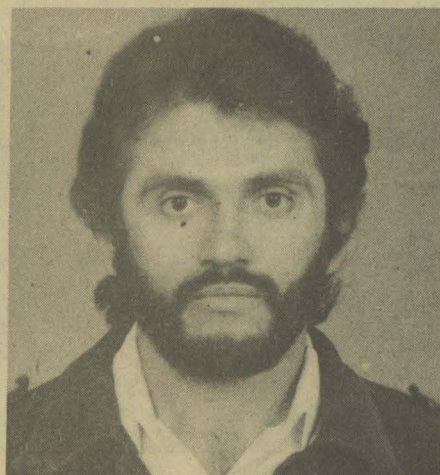
Esse fato, junto com a escolha de **Muda Brasil** pelos estudantes para a UEE-RS e a expressiva bancada de Viração gaúcha no 36º Congresso da UNE, mostra a retomada do caminho pelo fim do regime militar pelos estudantes gaúchos. Saudações democráticas (Alvaro, ex-presidente da gestão 83/84 — Porto Alegre, RS)

Chapa 1 fará avançar luta dos ferroviários

De 12 a 16 de dezembro haverá eleição para nova diretoria do Sindicato dos Ferroviários de São Paulo e Mato Grosso do Sul, o que será importante acontecimento para nossa sofrida categoria. Inscreveram-se para concorrer ao pleito duas chapas. A **Chapa 1**, da qual faço parte, é encabeçada pelo atual presidente da entidade, Mendes Botelho, e tem como proposta principal fortalecer o Sindicato para continuar a luta pelos interesses específicos e gerais dos ferroviários.

No nosso programa nos comprometemos a batalhar por aumentos salariais justos, estabilidade no emprego, reajustes trimestrais. Também defendemos a maior dinamização do trabalho sindical. Na gestão atual já tivemos um avanço: ampliamos de quatro para oito o número de delegacias sindicais; conquistamos o delegado sindical com três dias por mês para percorrer a ferrovia ouvindo e organizando os companheiros; aumentamos de 3 mil para mais de 7 mil os sindicalizados. Pretendemos avançar ainda mais no fortalecimento da nossa ação sindical combativa e consequente.

Quanto à situação política do país temos uma posição clara, sem vacilação: queremos o fim do regime militar, uma Assembléia Nacional Constituinte, rompimento dos acordos com o FMI e uma política econômica voltada para os interesses populares. O nosso Sindicato já

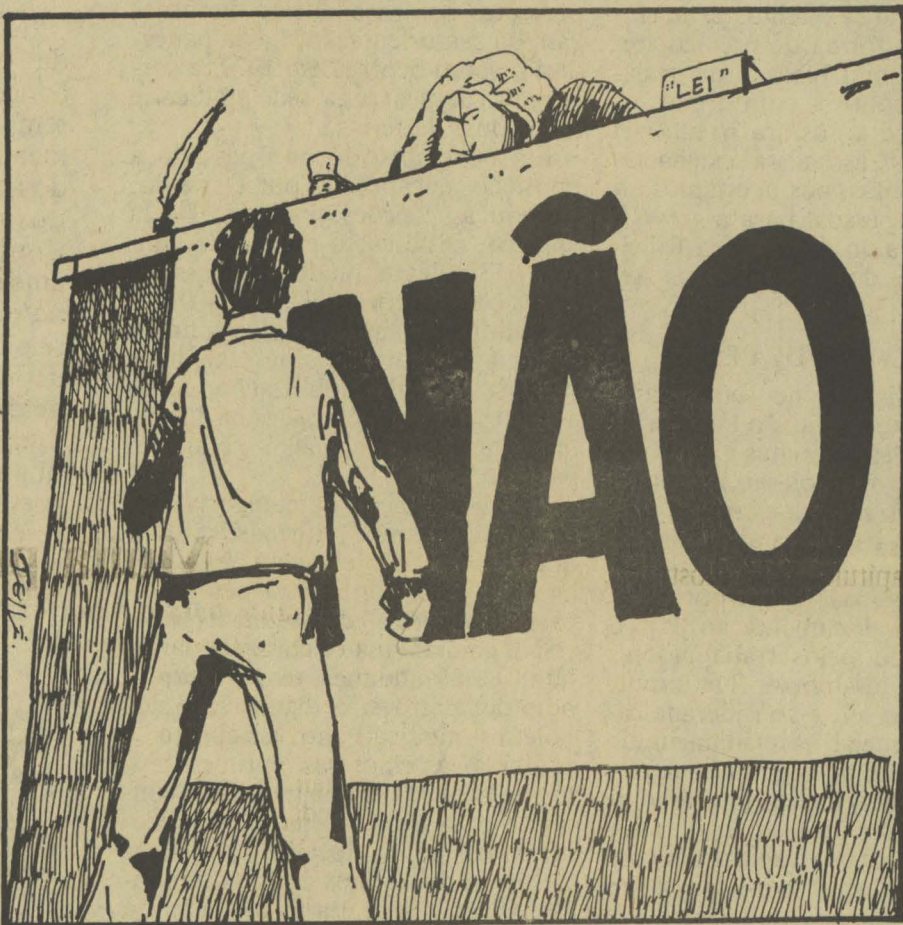


José Nildo, da Chapa 1

tomou uma posição firme de apoio ao candidato único das oposições, Tancredo Neves, para derrotar o continuísmo dos generais.

Já a Chapa 2, que se diz de “oposição”, prefere jogar trabalhador contra trabalhador. Trata os ferroviários antigos e os aposentados com discriminação, como se representassem uma classe inferior, esquecendo-se de toda longa jornada de trabalho e lutas destes companheiros. Na sua prática diária, os membros desta falsa oposição vivem votando contra o Sindicato e sua proposta de real interesse para a categoria, por exemplo: votaram contra a construção das sub sedes de Santos e Bauru.

Por um Sindicato forte e consequente, vote **Chapa 1**. (José Nildo da Silva, membro da Chapa 1)



Fome na Cidade do Ouro

Moro numa cidade, Centro do Ouro, interior da Bahia, onde a maioria é do PDS. Esta maioria acha que tudo o que tem acontecido aqui está bem.

Foi aí que veio o meu grito pela injustiça cometida com meu pai, sr. Edvaldo, que foi um homem de trabalhos pesados e acima de tudo um assalariado que mal ganhava para manter sua família.

Em 1982, o ex-prefeito da cidade, sr. Edmundo, foi à procura do mesmo para fazer um trabalho com dinamite, pois na cidade só ele era capaz de fazê-lo: Mas no fim do trabalho aconteceu uma explosão. Meu pai ficou muito ferido e perdeu um de seus braços no acidente e sua memória ficou um pouco fraca.

Após um tempo, nós, da família, fomos procurar seus direitos, mas a resposta que obtivemos foi que ele não tinha nenhum direito.

Em julho de 82 ele foi procurado para um acordo com o prefeito, que alegou que a prefeitura não podia aposentá-lo e ganharia, a título

de indenização, Cr\$ 8.500,00 por mês. A vítima, revoltada com aquela injustiça, não aceitou. Essa quantia, em 83, com o novo prefeito Getúlio, foi aumentada para Cr\$ 17.000,00. Agora em 84 está com Cr\$ 25.000,00 por mês. Apesar dos pesares, agora eles confessam que está tudo em ordem, se alguém procura saber se a vítima está aposentada. Com tudo isso, tomamos uma atitude, procurando a Justiça para saber de seus direitos.

Agora o caso está entregue ao advogado dr. Erinaldo, mas infelizmente ele ainda não conseguiu a resolução, pois quando ele vai naquela cidade, a juíza Iza Maria não se encontra. Com isto o tempo vai passando e nada vai sendo resolvido. O sr. Edvaldo, sua esposa e seus filhos passam misérias e duras necessidades.

Eu penso: será que as coisas aqui andam bem diferentes ou está funcionando como outra nação? (Maria Inês Bonfim de Souza — Centro do Ouro, Bahia)

Deu malufada na Afuc

A Afuc — Associação dos Funcionários da Cobafi — foi criada pelos patrões e alguns funcionários comprados, tendo seu estatuto totalmente elaborado pelo gerente de relações industriais, o que a torna inteiramente subordinada à Cobafi.

Esta entidade tem como função encobrir e amortecer a política dos patrões de controle dos trabalhadores. Para isso é utilizado um véu de falsas concessões econômicas, a exemplo de diversos convênios que a entidade mantém com estabelecimentos comerciais, o que vem dando margem para escândalos financeiros, como foi o caso recente de desvio de verbas destinadas ao pagamento da conta da farmácia, que resultou num rombo de cerca de Cr\$ 5 milhões.

Por ser a Afuc controlada pelos patrões, quase não se ouve falar do

rombo da farmácia. Tudo o que se sabe é que os descontos foram feitos normalmente através da folha de pagamento dos operários; em seguida a Cobafi depositou o dinheiro na conta da Afuc, mas quando chegou a cobrança da farmácia, o dinheiro sumira.

A empresa adotou como providência realizar uma sindicância para apurar o fato. Mas até agora nada foi esclarecido para os interessados, que no caso são os operários. Esse silêncio levanta fortes suspeitas de que “gente grande” está profundamente envolvida no rombo.

Isso mostra a necessidade dos trabalhadores autênticos se organizarem melhor para arrancar das mãos dos patrões esta entidade, para evitar que fatos como estes aconteçam. (M.H.S., funcionária da Cobafi — Salvador, Bahia)



fala o POVO

Neste número algumas cartas merecem mais atenção: uma denúncia de acidentes na Carbueto, na Bahia, uma cidade que tem ouro mas o povo passa fome, e a questão das creches nos locais de trabalho em São Paulo.

Encerramos com esta edição o **Fala o Povo** neste ano. Nos despedimos de nossos leitores e colaboradores, esperando que 1985 traga a conquista da liberdade para nosso povo.

Será sem dúvida um ano de grandes acontecimentos. Confiamos que eles sejam refletidos nas cartas do **Fala o Povo**, como tem ocorrido até agora. Amigo leitor, continue a escrever e a se pronunciar neste espaço que reservamos para a sua palavra. Boas festas para todos! (Olívia Rangel)

Povo uruguaio conquista espaço de liberdade

Gostaria de expressar minha satisfação em ver o Uruguai, pequeno país em superfície, mas grande por ter um povo valoroso, arrojado na luta contra o imperialismo norte-americano e brasileiro que impuseram, em 1973, através dos generais vende-pátria uruguaios, uma ditadura assassina que infelicitou por onze anos esta nobre nação, que agora com a conquista das eleições diretas dá o primeiro passo importante rumo à liberdade. (Antônio da Silva Ortega, diretor do Sindicato dos Metroviários de São Paulo, SP)

A libertação

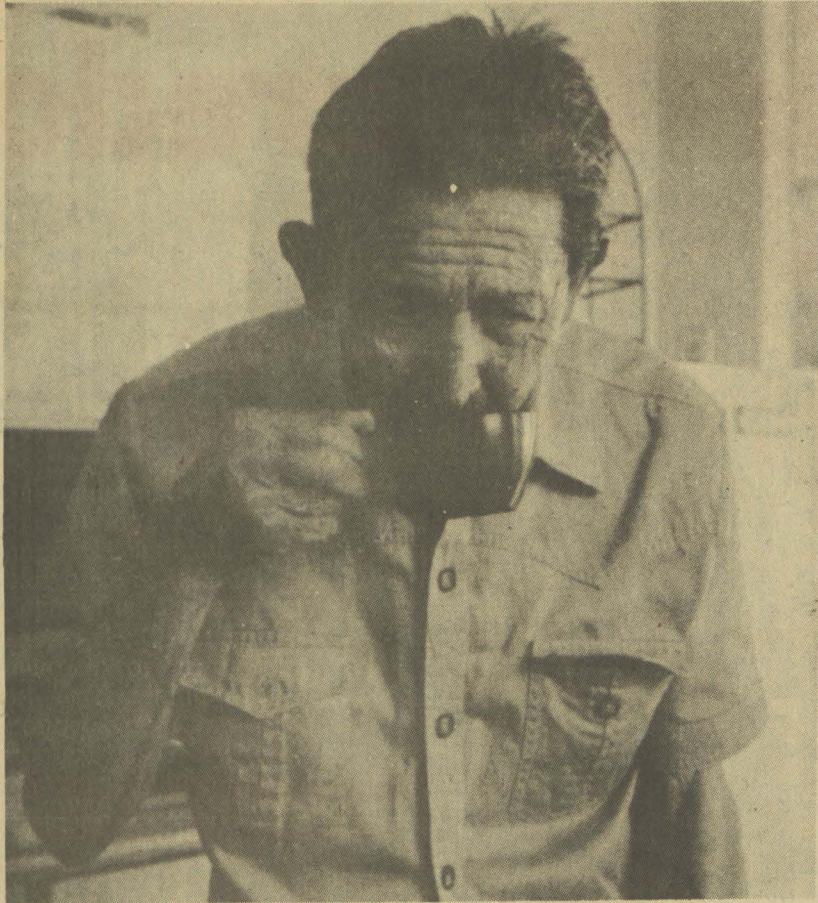
Em mais um país da América chega ao fim outro reinado despótico dos generais. Uruguai Pequeno grande país que viu seu povo forjado na luta em 11 anos contra a brutalidade e selvageria. Uruguai Pequeno grande país que viu seu povo lutando contra uma ditadura sanguinária que assassinou seus melhores filhos Uruguai cujo povo não se dobrou ao imperialismo norte-americano e nem aceitou as botas dos fascistas brasileiros Povo que nunca duvidou da vitória Tens o direito, grande povo, de viver em paz Paz duramente conseguida Que deve ser imposta com justiça no julgamento dos verdugos e tiramos da pátria uruguaia

Avante Uruguai Siga em frente Teu povo te acompanha

É preciso resgatar a memória da luta da juventude

Nós, da coordenação provisória do nascente Centro de Memória da Juventude, queremos convidar todos aqueles companheiros e amigos que desejam resgatar da história a efetiva participação da juventude em todas as frentes de luta pela independência do povo, para a reunião de fundação da nossa entidade no dia 8 de dezembro, às 14 horas, na rua da Abolição, 311, Bela Vista, em São Paulo — SP.

Sabemos que a história oficial, ensinada em todos os níveis escolares do país, tem como objetivo central marginalizar e despolitizar toda a gana que é natural da juventude, para que no futuro esta mesma juventude seja apenas uma força de trabalho barata e rotativa, sem consciência de seu próprio destino e da importância fundamental de sua cultura popular para a sua própria liberdade como pessoa humana, numa futura sociedade sem a exploração do capital sobre o trabalho coletivo do homem! (Coordenação Provisória do Centro de Memória da Juventude-SP)



José das Virgens: um dos principais líderes dos camponeses

Um livro-reportagem sobre as lutas dos camponeses capixabas

A grande repercussão alcançada pelo trabalho do jornalista capixaba Luzimar Nogueira Dias tornou necessária, em menos de um ano, a segunda edição do livro "Massacre em Ecoporanga — Lutas Camponeses no Espírito Santo".

É um fato importante, tendo em vista a ausência de qualquer estrutura oficial no Estado do Espírito Santo capaz de incentivar uma obra que se propõe recuperar parte da história da luta da massa camponesa, especialmente quando esta se opõe à sanha do latifúndio de armas na mão, como fizeram os posseiros da Zona do Contestado nas décadas de 50 e 60. Editado pela Cooperativa dos Jornalistas do Espírito Santo, o livro contou com o apoio imprescindível de vários amigos lembrados pelo autor, conseguindo, com a segunda edição, uma acolhida mais ampla como a qualidade da obra impõe.

O autor, no jornalismo desde 1974, entre 1976 e 1979 foi repórter e editor do extinto semanário alternativo **Posição**, que marcou época na história da imprensa capixaba por ser combativo e engajado nas lutas populares e democráticas. Em agosto de 1979 editou seu primeiro livro, "Esquerda Armada — Testemunho dos Presos Políticos do Rio de Janeiro". Porém, desde essa época, iniciou o levantamento da história

de seu segundo livro, que foi precedido pela reportagem sobre o massacre dos camponeses, com o apoio do jornalista Ângelo Ziviani, agraciada com o prêmio Thiers Vellozo de jornalismo, instituído pela Secretaria de Comunicação do Governo do Estado.

"Massacre em Ecoporanga", além dos depoimentos dos sobreviventes e testemunhas, de pessoas de uma forma ou de outra envolvidas nos episódios, contém valiosas reproduções de fotos e documentos daquele que, como frisou Luzimar, "foi um dos mais belos momentos do povo do Espírito Santo. E também dos primeiros passos do Partido Comunista do Brasil na aplicação prática de sua revolucionária aliança operário-camponesa".

São capítulos que mostram fases de organização dos camponeses nos dois principais focos do conflito latifúndio-indústria madeireira versus camponeses pobres, a violência inaudita da Polícia Militar, dos grileiros e jagunços, a repercussão no meio urbano, e as figuras altivas e destemidas dos líderes camponeses, vivos na memória da gente simples do lugar. Os interessados no livro de Luzimar Nogueira Dias devem entrar em contato com a Cooperativa dos Jornalistas do Espírito Santo, escadaria Maria Ortiz, 33 — Edifício Bidu, 2º andar, Vitória, CEP 29.000. (Adelina Bracco)

Um dos principais sambistas brasileiros, Martinho José Ferreira, acaba de lançar um disco sobre um dos grandes redutos do cancioneiro carioca: *Martinho da Vila Isabel*. No disco, como não poderia deixar de ser, uma música de Noel Rosa ("Minha Viola") e 17 outros sambas que falam da Vila, além de "Sonho de um sonho", samba-enredo do carnaval passado.

"Há muito eu pensava em fazer um documento sobre a Vila Isabel", conta Martinho. "E o disco foi lançado na quadra da Vila. O pessoal gostou, porque é um trabalho muito próximo da gente. Nós levamos a história do bairro, conversamos com os moradores etc. Pedimos a vários compositores músicas que falassem da Vila. Depois selecionamos as que estão no LP."

A ironia de Noel Rosa ao tratar de cenas do cotidiano abre o disco, na música "Minha Viola": "Conheço um velho que tem a grande mania de fazer economia pra modelos dos seus fios. Não usa prato, nem moringa, nem caneca e quando senta é de cueca pra não gastar os fundio".

CONVERSANDO COM NOEL

O disco segue com uma verdadeira exaltação da Vila Isabel, nas músicas de mais de 20 compositores, como no samba de Dunga: "Vila Isabel, Vila Isabel, serei eternamente teu cantor. Canto e canto de alegria em teu louvor, fevereiro a fevereiro com meu pandeiro".

Junto com o disco, um encarte de 12 páginas com uma imaginária conversa entre



Ilustração do encarte do LP

Martinho da Vila e Noel Rosa. Na conversa, os artistas passam em revista a história da Vila Isabel, desde a época em que a região integrava a Fazenda dos Macacos, no primeiro Império. Fotos dos principais personagens e lugares da história da Vila completam o documento sobre esse tradicional bairro do samba carioca.

Nos últimos anos Martinho da Vila tem se dedicado a intensificar o intercâmbio cultural do Brasil com as várias co-

munidades negras espalhadas pelo mundo. Ele foi um dos organizadores do Quizomba — encontro de arte negra realizado no mês passado no Rio que reuniu artistas de Angola, Moçambique, Congo, Nigéria, Cabo Verde, África do Sul, Antilhas Francesas, Guadalupe, Martinica e Cuba. "Na zona urbana, até de São Paulo, a gente acha muita coisa da África. Por isso acho importante esse intercâmbio. Faz parte da riqueza de nossas artes e tradições", diz o sambis-

ta. Preocupado com a invasão do rock nas emissoras de rádio e televisão, Martinho defende que também os sambistas façam "video-clips" divulgando seus trabalhos: "As produtoras resistem, mas vai chegar um momento em que não agüentarão a pressão, e vão ter que fazer vídeos também de samba. Existe uma prevenção dessas produtoras contra as coisas do povo, mas com o tempo a população acaba se impondo".

Muita prata e pouco ouro no esporte

1984, um ano comum para o esporte brasileiro. Raríssimas vitórias internacionais, muitas decisões perdidas e nenhum aperfeiçoamento nas frágeis estruturas esportivas nacionais. Tudo parece indicar, também, que no final de 85 o balanço será o mesmo.

O esporte brasileiro venceu mais uma temporada de vida desassistida e heróica. Portanto, não cabia esperar nenhum milagre. Mas sofremos também com a síndrome do favoritismo desbancado. Mal que parece ter naquela tarde de má lembrança do estádio Sarriá, na Copa da Espanha em 82, a sua primeira manifestação. E neste ano que vai pelos últimos suspiros continou a vitimar nossas promessas de vitória. Curiosamente, numa das raras temporadas onde o Brasil saiu vencedor na primeira competição importante do calendário. João da Mata, fundista mineiro, venceu a corrida de São Silvestre nos primeiros minutos do dia 1 de janeiro, e depois dele sobrevoou uma longa série de segundas colocações raramente interrompida por títulos e consagração.

O time de futebol do Grêmio de Porto Alegre puxou a fila no degrau direito do pódio, ao perder a final da Libertadores da América para o Independiente de Buenos Aires. No meio do ano, na disputa das Olimpíadas, a febre fez



Foto Pedro Martinelli

Prado não conseguiu o ouro

novas baixas. Ricardo Prado, o terceiro recordista mundial da história da nossa natação, grande promessa de vitória em Los Angeles, ficou na fatídica medalha de prata. Honrada mas acanhada pelo estigma de vice-colocação.

A briosa moçada do vôlei, credenciada pelo título panamericano conquistado em 1983 e pela ausência da poderosa URSS, aumentou as reservas nacionais de prata quando perdeu a medalha de ouro para o EUA. O futebol olímpico, comandado por Jair

Picerni, aliás vice-campeão paulista de 84 pelo Corinthians, também não passou pela medalha de prata nos mesmos Jogos. E Joaquim Cruz, que não carregava a mesma dose de favoritismo, quebrou o feitiço e trouxe a solitária e consoladora medalha dos 800 m rasos para os anais do nosso esporte. Somente para os anais, pois o atleta e a cobiçada prenda ficaram nos EUA, onde o primeiro treina, reside e compete há vários anos.

Logo após as Olimpíadas, porém, o mesmo Joaquim Cruz sofreu uma leve recaída de "segundismo". Venceu várias provas na Europa mas não conseguiu, como pretendia, derrubar o recorde mundial, encerrando o ano com a segunda marca da modalidade.

No mundial interclubes de basquete masculino, disputado em São Paulo, escapamos da praga do urubu de cima para sermos atingidos pelo que voava um pouco abaixo. O nosso principal representante, o Sirio, terminou o torneio em terceiro lugar. Enquanto a Prudentina, da brava Hortência, arrebatava mais um vice-campeonato, no mundial interclubes de basquete feminino.

Em compensação, no mundial interclubes de vôlei mas-

culino, a final foi disputada por duas equipes brasileiras: Pirelli campeã e Atlântica vice. Quem nunca comeu melado, quando prova, se lambuzava. E no encerramento do calendário das competições de importância, fechamos o ciclo com duas vitórias. O futebol de salão ganhou o bicampeonato panamericano, em São Paulo, e, na Grécia, Jussara Chaves trouxe a primeira medalha de ouro para o Brasil na história da Olimpíada de Xadrez.

Afora esse roteiro de uruca, poucos destaques são dignos de registro no painel esportivo do ano. Os nocautes de Maguila materializaram a única revelação de 84. O pugilista Chiquinho de Jesus, porém, foi testar a sorte nos EUA. O êxodo de craques do futebol completou-se com a transferência de Sócrates e Júnior para a Itália. Edu Antunes, perdão pela insistência, vice-campeão brasileiro de 84 pelo Vasco, antes de esquentar o banco, cede o comando da seleção de futebol para Telê. Pode ser que a epidemia se dissipe justamente nas mãos da primeira vítima. Afinal, como reza o humor político, se não tem lugar no time campeão, jogar no time que vai entregar as faixas também ninguém quer. (Jessé Madureira)

Leia e assine a revista Princípios

Pedidos à Editora Anita Garibaldi, av. Brigadeiro Luís Antônio, 317, 4º andar, sala 43 — São Paulo. CEP 01317, com o envio de cheque nominal no valor da compra.

O MILITARISMO — UM MAL QUE SE PRECISA REMOVER

ALBÂNIA — 40 ANOS DE SOCIALISMO

O REALISMO SOCIALISTA — ESTILO REVOLUCIONÁRIO DA LITERATURA E DAS ARTES

9

EDITORA ANITA GARIBALDI

Tribuna Operária

Endereço: Rua Adoniran Barbosa, 53, Bela Vista — São Paulo — CEP 01318.

Telefone: 36-7531 (DDD 011). Telex: 01132133 TLOBR.

Jornalista Responsável: Pedro de Oliveira.

Conselho de Direção: Rogério Lustosa, Bernardo Joffily, Olívia Rangel.

ALAGOAS — Arapiraca: Praça Luís Pereira Lima, 237, sobreloja, CEP 57000. Maceió: Rua Cincinato Pinto, 183, Centro — CEP 57000.

AMAZONAS — Manaus: Rua Simon Bolívar, 231 (ant. Praça da Saudade) — Caixa Postal 1439 — Rua João Pessoa, 53, São Lázaro. Telefone 237-6644 — CEP 69000.

BAHIA — Camaçari: Rua José Nunes de Matos, 12 — CEP 42800. Feira de Santana: Av. Santos Dumont, 218 — Centro — CEP 44100. Itabuna: Av. do Cinquentenário, 928, 1º andar, sala 1, Centro — CEP 45600. Itapetinga: Av. Santos Dumont, 44, 1º andar — Centro. Juazeiro: Rua América Alves, 6-A — CEP 44060 — Paratinga: Rua Pereira Moacir, 96 — CEP 47500. SALVADOR: Rua Senador Costa Pinto, 845, Centro — CEP 40000. Simões Filho: Praça 7 de Setembro (prédio da antiga Cimesti) — CEP 43700.

DISTRITO FEDERAL — Brasília: Edifício Venâncio IV — sala 312 — CEP 70302.

CEARÁ — Fortaleza: Rua Barão do Rio Branco, 1809 — Centro — CEP 60000.

GOIÁS — Goiânia: Rua 27, nº 69 — Centro — CEP 74000. Anápolis: Rua Desembargador Jaime, 193, sala 205 — CEP 77100.

MARANHÃO — São Luís: Rua da Saavedra, 99 — Centro — CEP 65000.

MATO GROSSO — Cuiabá: Rua Comandante Costa, 548 — Fone 321-5095 — CEP 78000.

MATO GROSSO DO SUL — Campo Grande: R. Antônio Maria Coelho, 1152, 1º andar, sala 15 — CEP 79100.

MINAS GERAIS — Belo Horizonte: Rua Padre Belchior, 285 — Centro — Fone: 224-7605 — CEP 30000. Juiz

de Fora: Galeria Constança Valadares, 3º andar, sala 411 — CEP 36100.

PARÁ — Belém: Rua Manoel Barata, 993 — CEP 66000.

PARAIBA — João Pessoa: Rua Duque de Caxias, 540 — 2º andar, sala 201 — Calçada — Centro — CEP 58000. Campina Grande: Rua Venâncio Neiva, 318 — 1º andar — CEP 58100.

PARANÁ — Curitiba: Rua Tibagi, 428 — CEP 80000. Londrina: Rua Sergipe 984, sala 206, 2º andar — CEP 86100.

PIAUÍ — Teresina: Rua Barroso, 144 — 1º andar, sala 4 — CEP 64000.

PERNAMBUCO — Cabo: Rua Vigário Batista, 236 — CEP 54500. Garanhuns: Rua Dantas Barreto, 5, sala 1 — Centro — CEP 55300. Recife: Rua Sossogo, 221, Boa Vista.

RIO GRANDE DO NORTE — Natal: Av. Presidente Bandeira, 406, sala 109 — Alecrim — CEP 59000.

RIO GRANDE DO SUL — Porto Alegre: Rua General Câmara 52, sala

29 — CEP 90000. Caxias do Sul: Rua Dal Canhale, 1891, 2º andar, fundos — CEP 95100. Pelotas: Rua Andrada Neves, 1589, sala 403 — CEP 96100. Cachoeirinha: Av. Flores da Cunha, 1235, sala 520. Aberto depois das 18 horas e sábados das 9 às 12 horas.

SÃO PAULO — Americana: Av. dr. Antônio Lobo, 281, sala 6 — CEP 13470. Campinas: Rua Senador Sarraiva, 448, fone: 2-6345 — CEP 13100. Marília: Rua Dom Pedro, 180 — CEP 17500. Osasco: Rua Ten. Avelar Pires de Azevedo, 26, 2º andar, sala 12 — CEP 06100. São Carlos: Av. São Carlos, 2119, Caixa Postal 533 — CEP 13560. Taubaté: Rua Anísio Ortiz Monteiro, 41 — CEP 12100. São José dos Campos: Rua Vilage 195, 1º andar, sala 19 — CEP 12200.

SERGIPE — Aracaju: Avenida Rio Branco — Edifício Ovídio Teixeira, sala 1220 — CEP 49000.

TRIBUNA OPERÁRIA é uma publicação da Editora Anita Garibaldi Ltda. Composição, Pasteur, Fotolito e Impressão, Cia. Editora Jorjês, Fone: 815-4999 — São Paulo — SP.

Receba em casa a Tribuna Operária pagando apenas Cr\$ 450 por exemplar

Quando você faz uma assinatura semestral ou anual da Tribuna economiza mais de Cr\$ 50 por exemplar. Além disso, recebe seu jornal em casa toda semana. E ainda ajuda a imprensa operária, que depende do apoio dos trabalhadores para sobreviver e crescer. Assine a Tribuna Operária e economize o cupom ao lado.

Sim, eu quero receber a Tribuna Operária. Envio junto com este cupom um cheque nominal à Editora Anita Garibaldi Ltda., pela seguinte opção de assinatura:

Anual (52 edições)	☐	Cr\$ 50.000,00
Anual popular (52 edições)	☐	Cr\$ 25.000,00
Semestral (26 edições)	☐	Cr\$ 23.400,00
Semestral popular (26 edições)	☐	Cr\$ 11.700,00
Anual para o exterior (em dólares)	☐	US\$ 70,00

NOME: _____

ENDEREÇO: _____

BAIRRO: _____

CIDADE: _____ CEP: _____

ESTADO: _____

PROFISSÃO: _____ DATA: _____

Endeere a carta com seu pedido de assinatura para a Editora Anita Garibaldi: Rua Adoniran Barbosa, 53, Bela Vista, São Paulo, SP, CEP 01318.

Preços válidos por tempo limitado. Envie hoje o seu cupom.

Tancredino sai na frente no Colégio

Bairros vão à Sé apoiar Tancredo



Rita Maria: "Falo com as mulheres o que vai significar para nós o fim deste regime"

A mensagem dos comunistas

A Comissão Pela Legalidade do PC do Brasil lançou, por motivo do comício em São Paulo, a seguinte nota:

"Povo de São Paulo!

"Unidos nesta Praça da Sé, os paulistas elegem hoje seu presidente, Tancredo Neves. E vão enterando, ao mesmo tempo, no lixo da história, 20 anos de regime arbitrário, junto com seu atual representante, Paulo Maluf, um dos maiores corruptos de nossa terra.

"Palco das gloriosas jornadas pelas Diretas-Já, este março zero é o ponto de partida para um novo horizonte que se abrirá com a implosão do Colégio Eleitoral e a eleição de Tancredo a 15 de janeiro. Este comício dá continuidade à luta pela liquidação do maior inimigo do povo brasileiro, que tomou o poder em março de 1964: o regime militar. Também dá sequência à luta pelas eleições diretas, que teve seu início há quase um ano, aqui mesmo nesta praça.

"A vitória que se avizinha somente foi possível com a mobilização permanente de milhões e milhões de cidadãos nas ruas, nas praças de todo o país. O que o povo de São Paulo e do Brasil inteiro quer é MUDANÇA, é o fim deste governo de fome, de desemprego e de entrega de nossas riquezas aos estrangeiros. Queremos respirar o ar puro da liberdade para que possamos nos

organizar e lutar por nossos direitos, queremos a suspensão do pagamento da dívida externa e o rompimento dos acordos lesivos com o FMI, queremos uma Constituinte Livre e Soberana, precedida do fim de toda a legislação arbitrária, com liberdade partidária e a legalidade para o Partido Comunista do Brasil, e também um plano de emergência que resolva os problemas mais imediatos e sentidos do povo, como o congelamento dos preços dos gêneros de primeira necessidade, aluguéis, prestação da casa própria, transporte, luz e água mais baratas, além de um abono de emergência, o salário-desemprego e o fim do arrocho salarial.

"É preciso levar às últimas consequências mais esta etapa da luta por liberdades em nosso país, e abrir caminho neste governo de transição democrática para as mudanças profundas que mais de 90% dos brasileiros almejam, por um Brasil sem fome, sem desemprego, livre e soberano!

Viva a unidade do Povo!
Tancredo Neves, presidente!
Legalidade para o P.C. do Brasil!

São Paulo, 7 de dezembro de 1984.

Comissão pela Legalidade do P.C. do Brasil.
Rua Capitão Macedo, 222, Vila Mariana, São Paulo".

Os moradores de Campo Limpo, um autêntico bairro proletário da Zona Sul de São Paulo, foram organizados em grande caravana ao comício da Praça da Sé. A Tribuna Operária acompanhou os preparativos desta mobilização e viu a enorme receptividade à candidatura Tancredo, como o povo supera as dificuldades materiais e a divulgação rua por rua.

Três horas da tarde de quarta-feira, dia 5. Mais de vinte mães se reúnem numa ampla sala da Sociedade Amigos do Bairro Parque Figueira Grande — onde funciona também uma creche com cerca de 80 crianças — e um dos principais pontos da pauta é o comício da Praça da Sé, daí a dois dias. Foi aprovado por unanimidade o comparecimento à manifestação. Paula Frassinete, ex-metalúrgica e diretora da SAB, após a reunião explica: "Estão animadíssimas. Mesmo algumas mulheres simpatizantes do PT do Lula vieram apoiar o Tancredo".

Os cartazes convocando para o ato estão espalhados pelas paredes daquela sede simples mas bastante movimentada. As crianças saíram para dar um passeio enquanto suas mães discutiam a sucessão. Paula fala com orgulho do trabalho político desenvolvido na SAB. Ela faz uma incansável maratona distribuindo folhetos e cartazes do comício pelo bairro. "Ontem — explica ela — eu deixei um pacote de folheto em cima do balcão de um bar e fiquei espiando. Daí a pouco já não tinha mais nada, eles pegaram tudo. Um metalúrgico comentava: 'Éta milneirinho bom'. Ele falava que aquele era o homem certo."

"Muitos pedem o retrato do Tancredo para levar"

Giselia Marcelino dos Santos, responsável pela creche da SAB da Figueira Grande também percorre a re-

gião divulgando o comício e confirma a popularidade da candidatura oposicionista. "Muitos pedem o retrato do Tancredo para pregar nas casas, padarias e bares", explica Giselia. "No ônibus basta puxar o assunto da sucessão e aí todo mundo pega fogo, até o motorista".

Campo Limpo possui cerca de 700 mil habitantes — dos quais 150 mil moram em favelas — e é um bairro dormitório dos operários que trabalham nas fábricas da Zona Sul. O apoio da Administração Regional e das entidades de bairro e de favelas foi fundamental para o êxito da caravana até a Praça da Sé. Na terça-feira, dia 4, o administrador regional Abel Abate e seu assessor, o médico Gilberto Natalini, foram em todas as empresas particulares do ônibus que servem a região e conseguiram mais de 20 ônibus grátis para transportar o povo no dia 7.

No domingo foi a posse do Conselho Coordenador das SABs de Campo Limpo — que aglutina cerca de 120 entidades — e se aproveitou para falar do comício. O próprio prefeito Mário Covas ressaltou este espírito de mobilização. Ali foram distribuídos cerca de 40 mil panfletos e 600 cartazes às lideranças presentes.

José Saraiva, presidente do Conselho de SABs de Campo Limpo explica que sua entidade é aberta às várias facções políticas "e todas elas estão apoiando o Tancredo". Outra liderança, José Feitosa, presidente do Conselho Coordenador de Favelas da

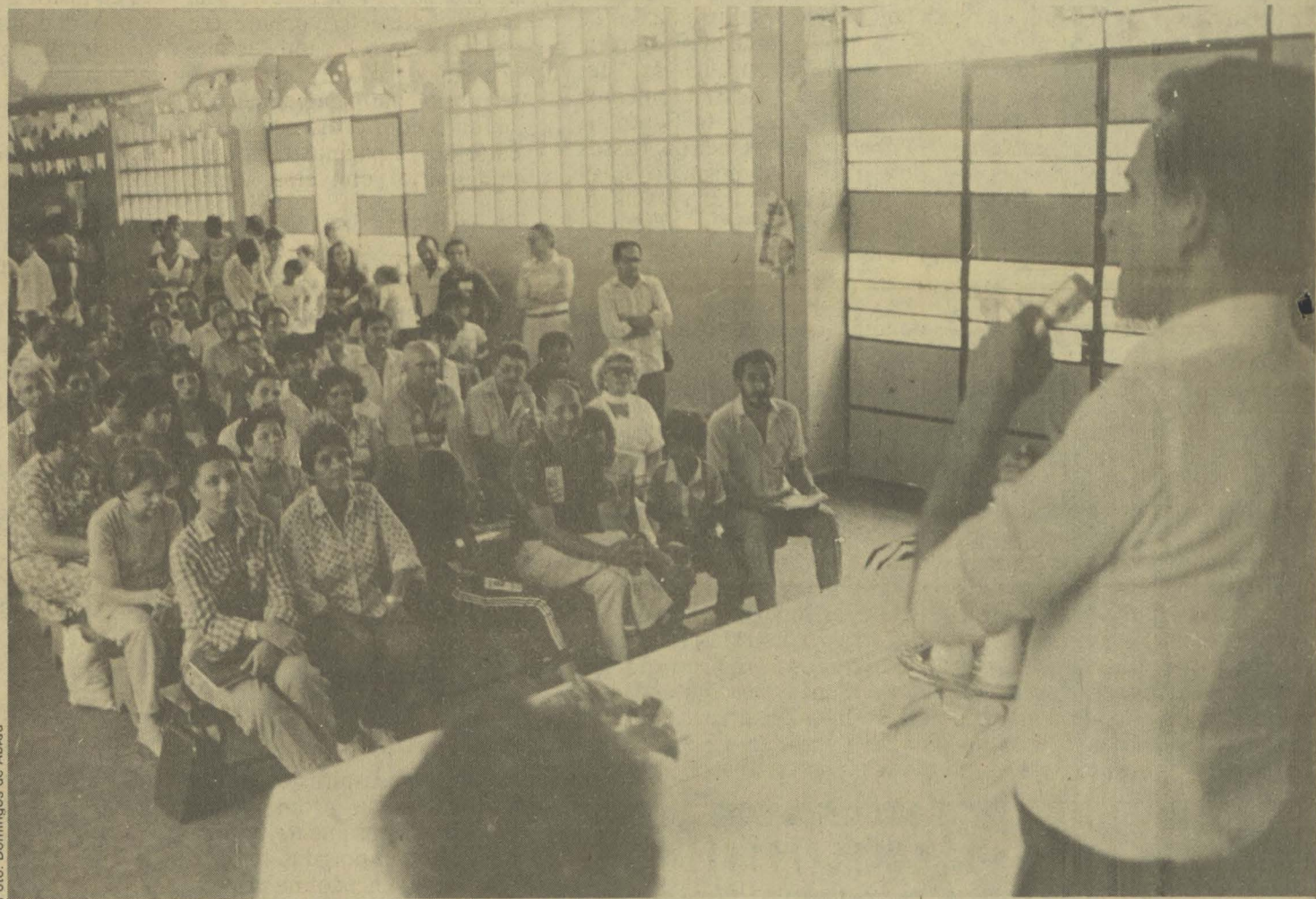
Grande Campo Limpo, conta que nas reuniões com os favelados "Maluf é repudiado, mas quando falamos do Tancredo eles aplaudem".

Um outro trabalho importante é convencer aquelas pessoas menos formadas politicamente de participar do comício. Rita Maria de Souza trabalha numa creche do Jardim Mitsurtani e com seu jeito simples fala como orienta as mães para ter uma maior participação política: "Eu pego as mulheres e converso sobre a importância da sucessão, o que vai significar para nós o fim deste regime. Além disso a gente distribui os panfletos. A gente lê, porque a maioria não sabe ler, e peço para elas passarem para os maridos".

Criados muitos comitês na capital e interior

Centenas de comitês domiciliares pró-Tancredo foram criados na capital e no interior. O entusiasmo popular é grande e espontâneo, porque "todo o povo quer mudanças", como disse o aposentado Osvaldo Gonçalves enquanto assistia à inauguração do comitê pró-Tancredo na Alameda Jaú. Na metalúrgica Villares, onde foi realizado na manhã de quinta-feira um plebiscito popular (que teve 207 votos para Tancredo contra 20 para Maluf), os operários ressaltavam que "não se pode deixar um corrupto como Maluf chegar à Presidência, é preciso mudar."

O povo também tem claro que Tancredo representará um governo de transição e que "não vai mudar tudo de repente". Mas exigirá que sejam aplicadas medidas de emergência para solucionar seus problemas mais prementes. (Domingos de Abreu e Umberto Martins).



Na posse do Conselho de SABs de Campo Limpo o deputado Aurélio Peres convida a população para o comício na Praça da Sé

100 mil no maior comício de Alagoas



O povo teve uma participação ativa no comício. Tancredo (no palanque) condenou "a fome e a miséria do Nordeste"

Confirmando a expectativa, o comício realizado no último dia 29, em Maceió, com a presença de Tancredo Neves, reuniu mais de 100 mil pessoas na praia de Pajuçara. E foi uma das vibrantes manifestações ocorridas no país com a presença do candidato das oposições. Numerosas caravanas do interior do Estado alagoano estiveram presentes.

Segundo a opinião unânime dos participantes, foi um espetáculo cívico dos mais belos a que Maceió assistiu em toda a sua história, além de ser o maior comício político já realizado em Alagoas. A gigantesca multidão que se comprimiu em frente ao palanque, não se cansou de gritar palavras de ordem durante as mais de quatro horas do ato, contra o regime militar e seu candidato e em apoio a Tancredo Neves.

Desde o início da tarde, organizadas pelas Associações de Moradores, chegaram caravanas de todos os bairros da cidade, tomando a praia de Pajuçara. Presenças marcantes, as bandeiras da UNE, da UEEA e do PC do B eram agitadas no meio da multidão. Quando o comício teve início, às 17 horas, a praia estava praticamente tomada.

ORADORES

Os primeiros oradores do comício foram representantes do movimento popular (Associações de Moradores, entidades estudantis e sindicais). A professora Alba Correia, eleita recentemente presidente da Associação dos Professores de Alagoas, apesar das perseguições e pressões do governo do Estado, foi bastante aplaudida ao usar a palavra. Os slogans de sua campanha foram repetidos insistentemente em protesto à intervenção na entidade

(veja matéria a respeito na página 7).

O deputado federal Aldo Arantes, que acompanhou a comitiva de Tancredo Neves e no período do fascismo foi preso em Pariconha, distrito do município de Água Branca no sertão alagoano, falou em nome da Comissão pela Legalidade do Partido Comunista do Brasil. Em seu pronunciamento, destacou a necessidade de os trabalhadores manterem o atual nível de mobilização em busca de novas conquistas no campo social e das liberdades democráticas. Outro orador muito aplaudido foi o combativo deputado federal por Alagoas (PMDB), Renan Calheiros.

HOMENAGEM A TEOTÔNIO

Os últimos oradores a usarem a palavra foram o presidente nacional do PMDB, Ulysses Guimarães, que homenageou o senador Teotônio Vilela; e o candidato Tancredo Neves que, em seu discurso, condenou com veemência "a fome e a miséria que se abateram sobre a população do Nordeste", prometendo "resgatar essa vida do governo" para com a região.

A cantora Fafá de Belém encerrou o comício, também com uma homenagem a Teotônio Vilela, entoando em coro com a multidão a música "Meu nestrel das Alagoas", de Milton Nascimento e Fernando Brandt.

(da sucursal)